

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 - Série VII - N.º 480
17 de Março de 1983

Preço: 20\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa



O **IV Congresso da CGTP-IN** aberto a todos os sindicatos terminou com participação recorde no passado domingo em Lisboa. Pelas conclusões aprovadas, pelo rigor da análise desenvolvida e pelas perspectivas que abre à luta dos trabalhadores na situação política que vivemos a reunião daquele órgão dirigente da grande Central unitária representa um trunfo relevante para a alteração das condições políticas em que o movimento sindical tem de defender reivindicações económicas e sociais inadiáveis junto dos órgãos do poder. O IV Congresso, que aprovou a adesão de novos membros e contou com a participação de perto de 70 associações não aderentes à Central, elegeu o Conselho Nacional de 71 elementos da **Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional**.

Págs. centrais

JORNADA NACIONAL DA APU

Pág. 3



Pág. 3

Foi assim o comício na Baixa da Banheira este fim-de-semana, semelhante a todos os outros que Álvaro Cunhal também realizou nos distritos de Setúbal e Santarém

COMÍCIOS COM ÁLVARO CUNHAL

Alhandra • Sociedade Euterpe • Amanhã às 21 e 30 h

Praça da Figueira (Lisboa) • Sábado, 19 de Março • 15 horas

DOMINGO NOS CONCELHOS DE CASCAIS E OEIRAS

9h30m, visita à Sociedade de **Rebelva** (Carcavelos), encontro com a direcção da Associação e população • **10h15m**, no largo da Junta de Freguesia de **S. Domingos de Rana**, encontro com a população • **11h00m**, no largo de **Alcabideche**, festa popular e encontro com a população • **12h00m**, no largo de **Alvide**, festa popular e encontro com a população • **14h30m**, no Bairro da Liberdade no **Estoril**, encontro com a população • **15h30m**, no Largo do Parque Anjos, em **Algés**, encontro com a população de Carnaxide • **16h30m**, encontro com a direcção do Grupo Recreativo da **Tercena**, e população local • **17h00m**, no Largo do Grupo Recreativo de **Tercena**, encontro com a população de **Barcarena** • **16h00m**, no Pavilhão da **Parede**, espectáculo seguido de comício às **18h00m** • **21h30m**, no Pavilhão dos Bombeiros Voluntários de **Oeiras**, comício.

Suplemento /

A dívida externa e o resto

ACTUALIDADE
CIENTÍFICA
EM
PORTUGAL

GREVES
que interessam
e GREVES
que não

ELEIÇÕES
À VISTA



Este número do «Avante!» inclui, além do Suplemento normal, um suplemento especial de 32 páginas dedicado ao centenário de Karl Marx e que não pode ser vendido separadamente

SEMANA

9

Quarta-feira

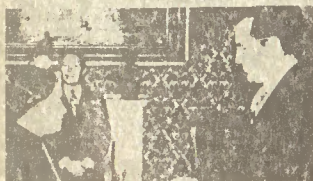


Consenso com o PS

Entram em vigor os novos preços do pão, do arroz e do açúcar; os aumentos, feitos no maior sigilo, colheram surpresas tanto os consumidores como produtores ■ Sob a presidência de Ramalho Eanes, reúne pela primeira vez o Conselho Superior de Defesa Nacional ■ Mota Pinto defende um «consenso» com o PS depois das eleições, mesmo que os partidos da AD obtenham maioria numérica ■ Sindicatos dos Transportes dão oito dias ao Governo para desbloquear o conflito laboral nas empresas do sector ■ O comandante-geral da PSP anuncia que a acção criminal aumentou em 1982, considerando como causas do aumento o desemprego, a instabilidade política e o sensacionalismo de certa imprensa, designadamente da RTP ■ Mais de cem sindicalistas andaluzes ocupam uma igreja de Madrid, exigindo o aumento de subsídio de desemprego dos operários agrícolas ■ O Banco Nacional do Brasil anuncia a undécima desvalorização do cruzeiro em 1983.

10

Quinta-feira



A nova embaixadora

Álvaro Cunhal afirma, após uma audiência com o PR, que a participação do PCP no governo é «uma proposta ao nosso povo» ■ Greve de bancários em todo o País pelo reajustamento dos salários ■ O Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais considera «altamente preocupante» a proposta de Mário Soares para o futuro económico do País ■ O PR recebe em Belém as credenciais da embaixadora, não residente, da República Socialista do Vietnam, Phan Thi Minh ■ O primeiro secretário da embaixada dos EUA na URSS é acusado de espionagem e declarado «persona non grata» ■ O presidente angolano José Eduardo dos Santos afirma na Cimeira dos Não-Alinhados que não pode haver argumentos para a ocupação parcial da RPA.

11

Sexta-feira

Começa em Lisboa o IV Congresso da CGTP-IN em que participam 255 associações sindicais e 5500 pessoas ■ O Banco de Portugal informa que o País tem de pagar este ano 1,17 biliões de dólares de amortização da sua dívida externa, que totaliza 12,5 biliões de dólares ■ O Conselho de Ministros decide que Portugal não enviará tropas para o Líbano para participar na força de manutenção da paz ■ A CNA condena o aumento do preço de gasóleo à lavoura para 40\$00 ■ O ministro soviético da Defesa afirma que a URSS tem preparada uma resposta «oportuna e eficaz» à instalação de mísseis americanos na Europa Ocidental ■ Morre Donald MacLean, antigo diplomata britânico que participou num dos mais célebres casos de espionagem do pós-guerra a favor da URSS, onde vivia há mais de 30 anos ■ Uma sondagem nacional realizada em Espanha revela que a maioria do espanhóis deseja que o país saia da NATO ■ As quatro centrais sindicais peruanas consideram que a greve geral de quinta-feira, de que resultaram quatro mortos, constituiu um dos maiores êxitos do movimento sindical do país.

12

Sábado

Novacentos oficiais dos 1400 que fundaram a Associação 25 de Abril participam na 1.ª Assembleia daquele organização ■ A Comissão Nacional do PS aprova o seu manifesto eleitoral ■ O Congresso da CGTP-IN elige o Conselho Nacional e aprova Programa de Acção ■ O Pentágono anuncia a intenção dos EUA de instalar uma estação de radar nas Honduras que lhe permitirá controlar grande parte do espaço aéreo da Nicarágua ■ Termina em Nova Deli a sétima Cimeira dos Não-Alinhados ■ Os sindicatos da Frente Unitária Equatoriana de Trabalhadores iniciam uma reunião para decidir a data de uma greve geral como protesto contra a política económica governamental.

13

Domingo



O maior Congresso

O MDP/CDE apresenta a sua estratégia eleitoral, responsabilizando a direita pela crise e condenando a tese do «bloco central» ■ Empenhado em ressuscitar a «AD», Lucas Pires afirma em Aveiro que «uma nova AD» é viável e necessária, pois no fundo o bloco central seria levar o Parlamento para o Governo e o país não se compadecia com isso ■ Termina o Congresso da CGTP-IN com a afirmação da unidade e da firmeza do movimento sindical na defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses ■ O PSD vence eleições autárquicas em Esmoriz ■ O presidente cubano Fidel de Castro termina visita à RDA onde se deslocou após a cimeira dos Não-Alinhados ■ A esquerda francesa vence a segunda volta das eleições locais.

14

Segunda-feira

Várias iniciativas assinalam em Lisboa e Porto o 8.º aniversário da nacionalização da Banca e dos Seguros ■ O inquérito público ordenado pelo Procurador-Geral da República ao desastre de Camarate revelou que «não há vestígios ou indícios de sabotagem» ■ Um grupo de personalidades de direita escreve ao PR protestando contra o «patrocínio explícito» de Ramalho Eanes à Conferência de Solidariedade com os Países da Linha da Frente ■ É criado na Gulbenkian um Instituto de Apelo à Criação ■ A Angop acusa o governo português de permitir em Portugal «a existência de organizações que conspiram contra a República Popular de Angola», concedendo mesmo «visto de permanência» a altos dirigentes dos agrupamentos fantoches angolanos ■ A CEE inicia em Bruxelas debate para a fixação dos preços agrícolas para 1983/84 ■ É assinalado em todo o mundo o centenário da morte de Karl Marx ■ Os países da OPEP chegam a acordo sobre os preços e quotas do petróleo ■ Tropas sionistas reprimem população árabe na Cisjordânia ocupada por Israel.

15

Terça-feira

Os trabalhadores da Sorefame manifestam-se nas ruas da Amadora, exigindo a recuperação e desenvolvimento da empresa e a defesa dos postos de trabalho. A administração da Sorefame, presidida por um dirigente do PS, aposta no despedimento colectivo e nas receitas «AD» para as grandes empresas; desmantelamento, recuperação capitalista, desemprego ■ «Conscientes da gravidade da presente situação», cerca de 200 cidadãos portugueses bem conhecidos da opinião pública apresentam na Casa da Imprensa, em Lisboa, um documento com uma declaração de princípios para «um aprofundamento da democracia» salientando a necessidade de mudança de política ■ A R.P. de Angola revela que bandos armados apoiados pelo regime racista de Pretória atacaram no dia 12 a Coluna do Alto Catumbela, na província de Benguela ■ O governo dos EUA manifesta críticas à declaração final da Cimeira dos Não-Alinhados.

Editorial

VOTO ÚTIL NA APU
UMA BATALHA A TRAVAR

As eleições legislativas antecipadas do próximo mês de Abril perfilam-se cada vez mais no horizonte político como o acontecimento dominante da conjuntura portuguesa actual.

Não é contudo e apenas como acontecimento conjuntural que assumem relevante importância política numa situação vinculada pelo agravamento da crise. Pelos seus resultados, a batalha eleitoral de 25 de Abril deve e pode tornar-se o elemento catalizador de uma necessária e profunda mudança na política nacional.

A pouco mais de quinze dias de abertura da campanha eleitoral são já conhecidas as principais forças concorrentes e as grandes linhas do que propõem ao País.

As listas de candidaturas e as propostas políticas dos principais partidos e coligações situam-se em duas grandes áreas politicamente diferenciadas: a maioria «AD», do PSD e do CDS — governante de mais de três anos, que mesmo em regime de gestão e internamente estacelada ainda detém o governo — e o PS e a APU (Aliança Povo Unido) da qual a força mais representativa é o PCP.

Cada uma destas forças traz as suas «credenciais» perante o eleitorado mas a «nota» de credibilidade de cada uma delas, independentemente da área em que se situam, assenta não tanto naquilo que dizem mas naquilo que fazem ou têm feito; não tanto nas afirmações de programas, intenções e objectivos mas na prática política — em última análise na concordância entre as palavras e os actos.

O PCP, integrado na APU, vai para as eleições de 25 de Abril com uma «credencial» que nenhum outro dos grandes partidos com assento parlamentar pode exibir: a fidelidade aos interesses do Povo e do País, a coerência entre as suas propostas políticas e a sua prática diária no seio do Povo e das instituições democráticas.

A Conferência Nacional do dia 5 definiu e aprovou as teses essenciais e as grandes linhas do nosso empenhamento nas eleições. A APU vai submeter ao País o seu programa eleitoral.

A pedra angular das nossas propostas políticas e obviamente do programa eleitoral da APU são os interesses basilares do Povo e do País (dos trabalhadores das fábricas e dos campos; das classes e camadas intermédias da população — os pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes — dos intelectuais; das mulheres; da juventude; de grupos sociais marginalizados pelos governos «AD» — os reformados e pensionistas e os deficientes) e a defesa, alargamento e consolidação das conquistas de Abril, a defesa da independência nacional e da paz.

O PCP e a APU vão submeter-se ao veredicto popular de 25 de Abril como uma grande força democrática que ainda há três meses obteve o voto de mais de um quinto do eleitorado português e viu alargada a sua gestão autárquica a mais 10% do número de municípios que já antes dirigia e agora cobrem 30,5% do território nacional.

O facto da APU não ter perdido nenhuma das suas posições e ainda as ter aumentado significa um voto de confiança merecido numa prática política ao serviço do Povo e do País.

A reivindicação «PCP no Governo» saída da Conferência Nacional encontrou um eco profundo nas massas populares, suscitou o interesse de sectores políticos muito variados, provocou a inquietação dos inimigos da democracia, perturbou o charco pantanoso dos que, sob uma falsa capa de esquerda, congeninam nos bastidores fórmulas de transacção política e alianças de facto com a direita.

É entretanto uma reivindicação realista que exprime a representatividade e a confiança democrática e inequivocamente expressas pelo Povo português no PCP e na APU. É, além disso, uma exigência que assenta na convicção profunda de que não é possível uma solução democrática e nacional para a crise que assoberba o País nem uma nova política, sem o empenhamento consciente e directo dos trabalhadores e a participação responsável dos seus mais legítimos representantes — os comunistas — num Governo que se proponha de facto a recuperação da economia nacional, o melhoramento das condições de

vida do Povo, o progresso social do País. Num Governo donde obviamente os partidos da defunta «AD» estão excluídos.

Um jurado reacçãoário como Mota Pinto, o novo aspirante a «homem-forte» do PSD, com sobejas provas dadas como inimigo dos trabalhadores e do regime democrático, é coerente quando exclui, ele próprio, o PCP do seu concebido «bloco» ou «convergência» dos partidos que ele chama «da área democrática»...

Que o secretário-geral do PS, Mário Soares, tenha redito — desta vez a um jornal estrangeiro — que o PS «não governará sozinho mas também não fará acordos secretos ou públicos com o PCP» já é significativo da «área» de alianças para onde se voltam as vistas de Mário Soares.

É contudo, surpreendente, que depois das purgas internas do PS, do descarado namoro de Mário Soares com a direita e dos seus compromissos com Reagan, um socialista como Zenha venha publicamente afirmar que não considera possível um «governo PS/PCP porque isso seria altamente perigoso para a nossa democracia quer do ponto de vista militar, quer do ponto de vista das relações internacionais».

O estafado preconceito anticomunista turva a visão política e a objectividade de certos democratas o que, mesmo que não o queiram, leva de facto a água ao moinho dos inimigos da democracia e da Independência nacional. A necessidade do PCP no governo impor-se-á mais dia menos dia e para isso o factor determinante é a vontade do Povo português.

O PCP não precisa de «atestados de democracia» e de patriotismo vindos de «democratas» tão desclassificados como Mota Pinto ou de demagogos como Mário Soares.

Entretanto os comunistas na sua Conferência Nacional do dia 5 não definiram o governo a formar depois das eleições como um governo PS/PCP.

A participação dos comunistas no governo assenta na necessidade de uma grande conjugação de forças democráticas e de patriotas independentes num projecto político virado para a recuperação económica e social, para o reforço do regime democrático. O PCP tem defendido, além da sua, a inclusão, no governo saído das eleições, de socialistas, comunistas, democratas do MDP/CDE e de outros partidos e movimentos democráticos.

O documento assinado por mais de 200 democratas que acaba de ser publicado mostra que existe e se amplia um vasto espaço político maioritário capaz não somente de definir uma política correcta para a solução da crise como para a formação de um governo de patriotas e democratas que a ponham em prática.

Os resultados das eleições trarão seguramente uma nova arrumação eleitoral do quadro partidário. Serão as eleições e principalmente a votação em massa nas listas APU que determinarão as alianças e a política que mais convém à democracia portuguesa.

O PCP está aberto para encarar com as restantes forças democráticas as soluções possíveis e convenientes para a superação da crise que o resultado das eleições puser na ordem do dia. Será esse resultado que em última análise ditará o caminho a seguir.

Os partidos da defunta «AD» que ainda detêm o governo e o usam para os seus objectivos eleitoralistas estão antecipadamente derrotados. O PSD e o CDS no governo de gestão não só têm a responsabilidade da crise por três anos de incompetência e incapacidade governativas como, ainda governo, lhe dão continuidade.

No mês de Março novos saltos na carestia da vida, novos agravamentos de preços, novas ofensivas contra os trabalhadores, novas manifestações de corrupção dos actuais governantes.

O pão sofreu aumentos de 12,5 a 17,3% (a pequena carcaça de 45 gramas custa agora 2\$50); o arroz subiu em todos os tipos de mais de 6\$00 em quilo (o mais barato custa agora 38 escudos); o açúcar saltou de 40 para 52\$50, o aumento de outros géneros de primeira necessi-

Iniciativas do PCP

● Amanhã

Plenário sobre Imprensa do Partido, promovido pelo Sector da Saúde de Lisboa, às 21 horas, no CT Vitória, com Fernando Correia, subchefe de Redacção do «Avante!».

Comício em Alhos Vedros, com Domingos Abrantes, do Secretariado e C. Política do CC, às 21 horas, na «Velhinha».

Comício de apresentação dos candidatos APU pelo círculo de Colmbra, na Associação Naval 1.º de Maio, às 21 e 30, com Jaime Serra, da C. Política do CC.

● Sábado, dia 19

Conferência evocativa da vida e obra de Karl Marx, no CT da Figueira da Foz, às 15 horas.

XXX Aniversário de Moncada

No âmbito das comemorações do XXX aniversário do assalto ao quartel Moncada, vai realizar-se em Havana um concurso internacional de cartazes.

Promovido pela Comissão Organizadora do Salão Nacional de Propaganda Gráfica 26 de Julho, pela União dos Escritores e Artistas de Cuba e pela Comissão Cubana da Unesco, o concurso está aberto a quaisquer desenhadores e criadores estrangeiros.

Os trabalhos, que deverão reflectir a importância histórica do assalto ao quartel Moncada na luta pela libertação nacional cubana, serão apreciados por um júri constituído por especialistas de prestígio internacional.

O prazo para entrega de trabalhos é 30 de Maio, podendo os interessados recolher informações mais detalhadas sobre o concurso na sede da Associação de Amizade Portugal-Cuba, na Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 107-r/c esq., em Lisboa.



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal

dos trabalhadores

da democracia

e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º 1000 Lisboa Tel. 769744 769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725 769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa Tel. 779828 779825 769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 693908.

Plenário concelhio de quadros comunistas do Seixal, entre as 10 e as 18 e 30 h, nas instalações do Independente Futebol Clube Torrense. Na ordem de trabalhos: análise do último balanço da Organização e objectivos para este ano; eleições de 25 de Abril.

Comício de apresentação dos candidatos APU pelo círculo de Évora no Teatro Garcia de Resende, às 16 horas, com intervenções de António Murteira, José A. Madeira e Margarida F. Fernandes.

● Domingo, dia 20

Encontro de trabalhadores comunistas do sector da construção civil, mármore e madeiras da área de Queluz e concelho da Amadora, às 10 horas, no CT da Amadora.

Cinema soviético

A sede central da Associação Portugal-URSS continua a promover, todas as sextas-feiras, sessões de cinema.

Os interessados poderão ver, ainda este mês, um documentário sobre a URSS e o filme de longa metragem «A princesa e a ervilha», que serão exibidos amanhã às 21.30 h. Aquele filme foi apresentado no Festival Internacional de Cinema para a infância e a ju-

ventude, de Tomar.

No dia 25 a sessão de cinema é preenchida por três curtas metragens: «Os jovens senhores da terra», que tem como tema as brigadas escolares de produção; «A juventude tempera-se na luta», sobre o Festival da Juventude em Berlim e «Sonata do circo», um festival de arte circense que dá a conhecer a arte de alguns artistas de circo soviético.

couro, rendas e bordados, desenhos, pintura e gravura, peças de vestuário tradicional e de confecção artesanal.

As terças, sextas, sábados e domingos a mostra é completada com canções e filmes da Estónia.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira — 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936 776750. Porto — Rua da Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem do mês de Fevereiro: 47 437

PCP



Jornada Nacional da APU

Dia 18

Guimarães, manhã — agitação sonora e distribuição de propaganda na feira; 12 e 30h — mini-comício na fábrica Almeida e Filhos; 13 e 30 h — mini-comício na ASA; 14 e 30 h — mini-comício na Têxtil de Vizela; 18 h — mini-comício na Joaquim Sousa Oliveira e Campeão Português.

Braga 12 e 30 h — mini-comício na Grundig; 17 e 30 h — mini-comício na Montagut; 18 h — mini-comício na Onça; 18 e 30 h — mini-comício na Macondo; 21 h — sessão de esclarecimento em Gualtar, na escola primária, junto à igreja.

Famalicão 13 e 30 h — mini-comícios nas fábricas têxteis Riopole, Têxtil Manuel Gonçalves, Sampaio Ferreira e Oliveira Ferreira; 17 e 30 h — mini-comício na Leitz; 18 h — mini-comício na Boa Reguladora, Crump e Rodstein.

Barcelos 18 e 15 h — mini-comício na Tebe; 18 e 30 h — mini-comício na Sonix e Barcelense; 18 e 45 h — mini-comício na Guial e Tor; 21 h — sessão de esclarecimento em Moure, na escola primária.

Viana do Castelo 13 h — encontro com feirantes na feira de Viana do Castelo; 21 h — comício de apresentação de candidatos no Cine-Teatro de Caminha; 21 h — comício de apresentação de candidatos nos Bombeiros Voluntários de Paredes de Coura.

Covilhã 21 h — Sessão de esclarecimento no Bairro de St.º António com Carlos Pinhão, membro do CC do PCP.

Viseu 21 h — Comício-festa para apresentação de candidatos no Auditório da Feira de S. Mateus. Intervenções de Jaime Gralheiro, cabeça de lista, e Lucínio Falé, do CC.

Mangualde — mini-comício na empresa Ernesto Matias, com Jaime Gralheiro.

Dia 19

Celorico de Basto — Agitação sonora e distribuição de propaganda na feira.

Vila Verde — Agitação sonora e distribuição de propaganda na feira.

Póvoa de Lanhoso — Agitação sonora e distribuição de propaganda na romaria de S. José.

Guimarães, manhã — Agitação sonora e propaganda na feira de Pevidém; mini-comícios nas fábricas têxteis de Pevidém; tarde — banca na cidade (Toural); 15 h — reunião distrital de jovens APU na escola secundária Francisco da Holanda; 21 h — Sessão de esclarecimento em S. Cristóvão do Selhe, na escola primária; sessão de esclarecimento em Silvares, na escola primária; sessão de esclarecimento em S. Martinho de Sande, na escola primária; sessão em Gandarela, na escola primária.

Braga, manhã — mini-comício no mercado; tarde — banca na cidade (Arcada).

Barcelos, manhã — mini-comício no mercado; tarde — banca na cidade (Porta Nova).

Famalicão, manhã — mini-comício no mercado; tarde — banca na vila (Pr. Cupertino de Miranda); todo o dia — bancas na feira de Riba d'Ave e na feira anual de S. José/Oliveira S. Mateus; 21 h — Sessão de esclarecimento na Carreira, na escola primária.

Esposende 21 h — Sessão de esclarecimento em Forjães, na escola primária.

Terras do Bouro 21 e 30 h — Sessão/festa no Gerês, na escola primária.

Faro — na Escola Preparatória de Loulé, pelas 15 h, realiza-se um plenário distrital de activistas e candidatos da APU; a encerrar um comício de apresentação dos candidatos com José Leal, independente, Luís Catarino, do MDP/CDE e Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP e cabeça de lista pelo distrito de Faro.

Porto — No cinema Rivoli, às 15 horas, um encontro distrital onde serão apresentados publicamente os candidatos pelo círculo do Porto; por iniciativa das mulheres activistas da APU de Cedofeita (Porto) realiza-se no CT de Aníbal Cunha, um almoço que contará com a presença do camarada Carlos Costa.

Viana do Castelo — Visita ao concelho de Vila Nova de Cerveira (cooperativa agrícola, hospital, bombeiros voluntários, baldios e feira); 21 h — sessão de esclarecimento em Mazarefes — Casa do Povo; 21 h — sessão de esclarecimento em Barroelas — Casa do Povo; 21 h — sessão de esclarecimento Meadela.

Viseu — mini-comício no mercado de Lamego, com Jaime Gralheiro; reunião com activistas da APU de Tarouca; jantar-convívio em Vousel, com Jaime Gralheiro.

Dia 20

10 h — Sessão de esclarecimento em S. Martinho de Cando-so/Guimarães, na escola primária; 14 h — agitação sonora e distribuição de propaganda no Estádio 1.º de Maio/Braga; 15 h — encontro distrital de activistas da APU na escola secundária Sá de Miranda/Braga.

Porto — Grande caravana automóvel no distrito, com os seguintes locais de concentração: — Porto, 14 h, Praça da Liberdade; Gondomar, 9 h, Largo da Igreja (Rio Tinto) e às 14 e 30h, no Bairro Monte Crasto; Gaia, 9 h, no CT do PCP; Matosinhos, 9 h, CT do PCP; Maia, 14 h, CT do PCP; Valongo, 14 h, CT de Ermesinde do PCP; Santo Tirso, 8 e 30 h, Parque D. Manuel II; Paredes, 13 e 30 h, CT do PCP; Póvoa, 9 h, CT do PCP; Vila do Conde, 9 h, CT do PCP.

Viana do Castelo — 9 e 30 h — encontro com os pescadores; 15 h — encontro distrital de activistas da APU na Sociedade de Instrução e Recreio Darquense — SIRD.

Viseu — mino-comício em Cambres (Lamego), com Jaime Gralheiro; mini-comício à saída da missa em Cana de Santa Maria (Tondela), com António Bica; mini-comício na Feira de Tondela, com António Bica; convívio na Quinta Fruzer (Lamego), com Jaime Gralheiro; sessão-convívio em Santar (Nelas), com Jaime Gralheiro.

Dia 21

Encontro com a Imprensa, pelas 21 h, no salão da Assembleia Distrital e no qual participarão os candidatos da APU.

Viseu — mini-comício na Feira de Tondela, com Jaime Gralheiro; mini-comício na empresa de Fornos Eléctricos (Canas de Senhorim), com Jaime Gralheiro.

Dia 24

Mini-comício na zona industrial de Viseu, com Jaime Gralheiro; mini-comício na Feira de Mangualde, com Jaime Gralheiro.

Com 14 comícios no fim-de-semana

Álvaro Cunhal visita distritos de Setúbal e Santarém

Parte substancial de dois distritos — Setúbal e Santarém — ouviram no passado fim-de-semana as análises e as propostas do PCP na presente conjuntura política; catorze localidades — Barreiro, Baixa da Banheira, Pinhal Novo, Sines, Santiago do Cacém, Alcácer do Sal, Seixal, Almada (distrito de Setúbal), Pernes, Amiais de Baixo, Alcanena, Torres Novas, Riachos e Tomar (distrito de Santarém) — foram visitadas pelo secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, numa intensa jornada de pré-campanha eleitoral que reuniu nos respectivos locais de concentração dezenas de milhares de pessoas interessadas em ouvir de viva voz a posição dos comunistas face aos graves problemas que o nosso país enfrenta.

A afluência aos comícios e sessões desta jornada em tão vasto e diversificado território nacional explica duas coisas, convergentes: a necessidade do nosso povo em discernir no atoleiro da crise imposta pela «AD» as saídas convenientes, e a crescente confiança no PCP como única força política com autoridade e competência para o enfrentar dos problemas que se impõe.

Três linhas-força enformaram esta digressão: a insustentável degradação socioeconómica em que os partidos da «AD» mergulharam o País, a falsa alternativa do PS/Mário Soares que mais não pretende que prosseguir o desastre «AD» lançando-lhe uma bóia de salvação através de alianças com os partidos que a compuseram e a urgência de se ter os comunistas no Governo para que se possam encontrar reais soluções para a crise.

Cumprindo, como de costume, os horários, apesar do vasto programa, Álvaro Cunhal estaria em cada uma das catorze localidades que visitou com o tempo previsto e a atenção necessária. Em todas abordando as questões essenciais do discurso do PCP na actual conjuntura política, a todas falando na intimidade que

Novo, em mini-comícios ao ar livre que mobilizaram muitos milhares de pessoas, numa demonstração inequívoca da forte implantação do PCP na região. Álvaro Cunhal de resto realçaria o facto referindo, em relação ao Barreiro, que apesar da hora matinal (10.15) e do dia de mercado mesmo ao lado, estava perante a maior con-

de um lado para o outro, então os camaradas e amigos que estavam no Barreiro haviam-se deslocado em multidão e velocidade vertiginosa para a Baixa da Banheira!

O almoço seria em Sines, na companhia dos pescadores que na noite anterior haviam trazido do mar o peixe com que se confeccionou a excelente caldeirada servida. Seguir-se-ia um comício no salão da Casa do Povo, onde, nomeadamente, Álvaro Cunhal perguntaria se haveria alguém em Sines que possa dizer que a defesa dos interesses dos pescadores, da população e da região passa por alguma força política que não seja o PCP e a APU.

A tarde o secretário-geral do

roubadas às UCPs e Cooperativas e a certeza da liquidação total do latifúndio. Vivamente saudado, sublinharia ainda que através da luta, o nosso povo já demonstrou que consegue alterar as condições de vida e a situação política nacional.

Dois comícios, um no Seixal, na Sociedade Filarmónica Amorense, e outro em Almada, após o jantar, na SFUAP da Cova da Piedade, dariam a apoteose da digressão de Álvaro Cunhal pelo distrito de Setúbal: milhares de pessoas transbordando dos recintos, muitas outras ouvindo na rua através de altifalantes, aclamaram entusiasticamente a proposta central do PCP — comunistas para o Governo, para ultrapassar a crise.



Encontro com as gentes da Reforma Agrária (sessão em Santiago do Cacém)



Em Pernes a população quis mostrar a poluição do Alviela, tendo-se lá deslocado o secretário-geral do PCP apesar do programa apertado que tinha de cumprir

PCP estaria em Santiago do Cacém e Alcácer do Sal, falando para multidões que tinham muito a ver com a Reforma Agrária. Al expressaria a confiança do retorno das terras

Distrito de Santarém

A chegada a Pernes pelas 10 e 30 de domingo deu início à jornada pelo Ribatejo. Recebido com grande efusividade no Centro de Trabalho do PCP, Álvaro Cunhal recordaria as tradições democráticas da terra: já vi aqui velhos camaradas cujas casas foram autênticas fortalezas do Partido no tempo da ditadura fascista. A este propósito sublinharia a circunstância de haver agora quem considere o PCP — o único partido que resistiu à ditadura fascista — como um partido «não democrático», virando as simpatias para os partidos que hoje albergam antigos fascistas e reaccionários e lutam contra os trabalhadores.

Antes de seguir, o secretário-geral do PCP visitaria ainda o Alviela a insistência da população, constatando ali o grave problema da poluição que afecta toda a região, com graves responsabilidades quer da Câmara Municipal quer do Governo central.

A chegada a Amiais de Baixo — terra de forte implantação do Partido Socialista, que detém a maioria absoluta nas As-

das e, como referiu, «até no comércio, apesar de em geral ter um número reduzido de trabalhadores por empresa, a situação não é melhor».

Ao falar da situação que enfrentam os agricultores diria: «Lutaremos para que as rações não engordem mais os fabricantes e intermediários que os animais que as comem».

Ao terminar o balanço sumário das dificuldades e necessidades do distrito salientaria que um segundo deputado está ao alcance do trabalho a desenvolver.

Falando a seguir, o camarada Álvaro Cunhal destacou as «modificações muito importantes para a democracia e para o nosso povo» que se verificaram após as eleições autárquicas de 12 de Dezembro.

Referindo que os principais chefes da direita tinham ido para casa derrotados, utilizou mesmo uma nota humorística para salientar que «Vitor Crespo não foi abalo porque não chegou a subir».

Prosseguindo, fez notar que neste momento não há o perigo de voltar a repeti-se uma maioria «AD». O único perigo, disse, é que eles sejam derrotados e fiquem no Governo pelas mãos do PS.

Contudo, o secretário-geral do PCP fez questão de frisar perante a assistência que o PS não é o inimigo contra quem o PCP luta, adiantando que o que o Partido Comunista critica no PS «é não lutar contra os partidos reaccionários mas fazer alianças com eles». E a propósito disto diria que já se fala de uma aliança PS-PPD-CDS depois das eleições.

Depois de abordar as recentes declarações de carácter económico de Mário Soares e apontar o perigo que elas representam não só para as classes trabalhadoras mas igualmente para os pequenos e médios comerciantes, industriais e agricultores avisaria por último para «que os socialistas pensem bem duas vezes se o bom voto é o voto no PS».



Multidões compactas ouviram Álvaro Cunhal. Na foto pormenor do comício em Amiais de Baixo

sembleia e Junta de Freguesia — seria feita no meio de grande foguetório. Em frente à sede da Junta esperava-o uma multidão compacta, que aplaudiu particularmente a afirmação de Álvaro Cunhal de que o PCP não atacava o Partido Socialista e sim a política que a sua direcção já esboça de conluio com a direita e o prosseguimento da desastrosa política da «AD».

Em Alcanena seria o almoço, servido num vasto salão que albergou centenas de pessoas. Em Alcanena manteve-se sempre um núcleo do Partido — era o núcleo de Alcanena! recordaria Álvaro Cunhal, acrescentando que a subida e a vitória da APU na região era questão de mais empenhamento na batalha eleitoral que se avizinha.

Em Torres Novas, a etapa seguinte, teria lugar uma sessão de esclarecimento. No período das perguntas seriam levantadas questões relacionadas com a situação na Comunicação Social, com os ataques contra as empresas nacionalizadas, nomeadamente a Rodoviária Nacional e os impostos; em relação a estes últimos Álvaro Cunhal esclarece-

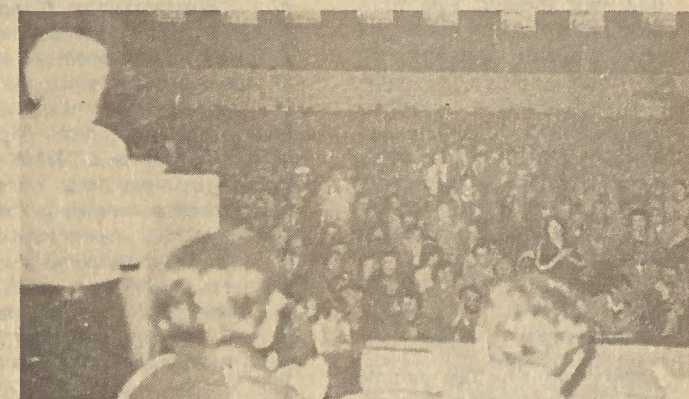
ria que, contrariamente ao esquema «regressivo» a funcionar no nosso País, onde são mais onerosos os que menos ganham, o PCP defende o sistema progressivo, que agrave os grandes rendimentos.

Em Riachos — onde a APU sózinha tem mais votos que todos os outros juntos — Álvaro Cunhal ironizaria com o «princípio» de ninguém quer os comunistas no Governo; diria: nós falamos é para o nosso Povo — no dia em que o nosso Povo decidir que devemos ir para o Governo, não será a NATO, os americanos, a CEE, etc., etc., que o impedirão — e quando para lá formos é para trabalhar pelos interesses do nosso Povo!

A noite, em Tomar, encerrar-se-ia no salão dos bombeiros — onde foi o jantar — a digressão de Álvaro Cunhal pelo Ribatejo. Casa cheia e entusiasmo transbordante, como de resto foi tónica de todo o itinerário. Cumpria-se assim uma jornada de intenso esclarecimento político, onde a confiança no PCP e na APU e o prestígio da Aliança Povo Unido saíram não apenas confirmados, mas reforçados.



Presentes todas as idades



Salas e largos cheios, uma constante da jornada deste fim-de-semana (pormenor do comício no Seixal)

O que é necessário

A derrocada da «AD», o naufrágio dos partidos que a integram — e que partem para estas eleições antecipadamente derrotados — e o ruir do plano góipista que a direita prosseguia, foi uma grande vitória do nosso Povo e dos trabalhadores portugueses, sublinharia Álvaro Cunhal ao longo das suas intervenções no fim-de-semana passado. Todavia embora derrotados, desagregados e desprestigiados, os homens e a política do PPD/PSD e do CDS podem voltar à área do Poder. Não por eles, mas pela mão do PS/Mário Soares, que se mostram decididos a manter esta gente na governação do País através do que chamam «consenso nacional».

As intenções dos actuais dirigentes socialistas ficaram, aliás, bem expressas na conferência de imprensa dada por Mário Soares no passado dia 8 de Março, onde no próprio documento distribuído à imprensa se anunciavam medidas governamentais tão graves como a diminuição da produtividade do País, o aumento do desemprego e da inflação e até a irresponsabilidade do anúncio da venda do ouro e da desvalorização do escudo.

Tais factos mostravam à evidência — sublinharia o secretário-geral do PCP — que o apregoado «voto útil» no PS não mais era que votar na continuidade da desastrosa política da «AD». Assim, o voto na APU e no PCP mostra-se mais do que nunca o voto útil e certo na defesa da democracia, na imposição de uma viragem democrática do nosso País; o reforço da APU e do PCP, é condição indispensável para se impedir tais alianças através de um forte grupo parlamentar e um peso determinante na opinião pública do nosso País. Só com a participação dos comunistas no Governo se poderão criar condições reais para se encontrar uma saída democrática para a crise que o País atravessa.

Trabalhadores

«A CGTP-IN não foi, não é, nem nunca será neutra»

Poder político e interesses dos trabalhadores **– questões determinantes no IV Congresso da Central**

A neutralidade do movimento sindical foi sempre uma «reivindicação do patronato e das forças ao seu serviço. A política para os políticos é um slogan sem cabimento entre os trabalhadores. A independência sindical, que se constrói no fortalecimento da unidade, nada tem a ver com posições pseudo-neutrais perante a situação política do país. Por isso, ao reafirmar, como aconteceu durante todo o IV Congresso, os princípios orientadores do movimento sindical unitário, a resolução político-sindical aprovada no final dos trabalhos, quando define a orientação da CGTP-IN para o período que agora começa, entende ser da sua conta «preparar a intervenção organizada das massas trabalhadoras na próxima campanha eleitoral para a Assembleia da República, lutando para que o resultado das eleições permita afastar definitivamente a direita do poder, criando condições para uma verdadeira viragem democrática na vida portuguesa, que realize plenamente o projecto constitucional e dê satisfação às aspirações dos trabalhadores e do povo».



Esta posição não colide com a unidade, a independência, a democracia ou a liberdade sindicais, princípios reafirmados no mesmo Congresso como orientação e prática da CGTP-IN. Por isso também os congressistas decidiram "apelar à utilização do voto pelos trabalhadores" nas próximas eleições legislativas com os objectivos acima indicados, sem que ao fazê-lo estivessem a privilegiar este ou aquele corrente partidária, este ou aquele partido. O que está em causa é a defesa intransigente dos direitos, liberdades, garantias e interesses das classes trabalhadoras.

Assim é que a resolução aprovada no domingo passado, e que constitui um dos documentos mais importantes do IV Congresso, sublinha no quarto ponto que a luta dos trabalhadores sob a direcção da CGTP-IN baseou-se sempre em duas premissas fundamentais. Por um lado, defender em todas as circunstâncias os interesses concretos e imediatos dos trabalhadores, procurando impedir o agravamento das suas condições de vida e a violação dos seus direitos. Por outro lado, não perder nunca de vista a questão determinante do poder político, a importância do aparelho de Estado e a natureza de classe das forças políticas que o dominam — questão essa perante a qual a CGTP-IN não foi, não é, nem nunca será neutra.

Capacidade de diálogo

Várias intervenções durante o IV Congresso referiram ou citaram exemplos da capacidade de diálogo da CGTP-IN. José Luís Judas, logo na sessão de sexta-feira à noite, diria na discussão do Programa:

«Não é por, nos sentarmos à mesa com quer que seja que, à partida, abdicamos de ser o

que somos. Vamos para a mesa de negociações com os parceiros que entendemos, com perfeita independência de classe. Não nos submetemos

de certeza absoluta a consensos majoritários. Quem define os interesses dos trabalhadores são só os trabalhadores!»

Este conceito de diálogo, expresso de improviso durante a

discussão, responde claramente às posições menos esclarecidas que pretendem ver em cada abertura uma capitulação, em cada negociação um perigo, em cada passo maleável uma ferida difícil de sarar.

A realidade tem mostrado precisamente o contrário. O recurso à luta nunca foi negado quando indispensável, quando

esgotadas todas as possibilidades de negociar. Mas com o diálogo também se obtiveram êxitos e mesmo vitórias.

À CGTP-IN não é indiferente quem governa. Por isso o diálogo tem sido tantas vezes difícil e mesmo impossível logo que os trabalhadores organizados apresentam a primeira proposta, a primeira reivindicação.

Mas é ciente dessas limitações que a capacidade de diálogo se tem reforçado, sem que a luta tenha perdido com isso.

O mesmo tem sucedido internamente, dentro do próprio movimento sindical. Aí também a capacidade de diálogo tem aumentado e com resultados bem positivos. O IV Congres-

so, através dos seus documentos e das intervenções dos delegados mostrou o reforço da unidade nos últimos três anos. Sem esconder dificuldades que se têm enfrentado, basta olhar para a composição dos delegados para ver como em sectores diferentes a Central tem crescido e feito valer as suas posições.

Recordemos apenas como exemplos as numerosas delegações distritais da Função Pública e do Comércio, as vitórias alcançadas com a presença no Congresso de Sindicatos como o dos Bancários do Norte.

Capacidade de luta

O IV Congresso da CGTP-IN aberto a todos os Sindicatos aprovou como se sabe um caderno em 22 pontos e dois programas de acção, um a curto e outro a longo prazo. A realidade nacional está tão presente nesses documentos que ninguém poderá rotular de «ideológicas» as posições defendidas pelos trabalhadores organizados na CGTP-IN. A análise da actualidade económica e social do país é tão rigorosa nesses documentos e no relatório do secretariado nacional cessante que ninguém poderá recusar em nome seja do que for a utilização da luta por parte dos trabalhadores quando ela for indispensável para fazer valer direitos e interesses vitais. A luta de classes não foi descoberta no papel. Não preciso sequer falar dela nos documentos aprovados no IV Congresso. Ela aparece quando as reivindicações são enumeradas, quando a incapacidade da «AB» é demonstrada, quando a situação a que se chegou com os últimos governos ressalta clara e viva da introdução ao relatório de actividades dos últimos três anos.

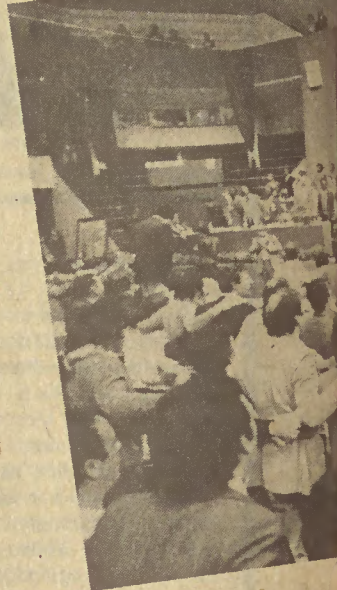
As soluções políticas reclamadas pela CGTP-IN têm à base bem assente nas realidades económicas e sociais do país. Basta olhar para os 22 pontos do caderno reivindicativo. São eles pela ordem em que foram aprovados: 1. Defesa dos direitos e liberdades democráticas; 2. Defesa da Reforma Agrária; 3. Defesa das nacionalizações e do sector público; 4. Combate à corrupção; 5. Liberdade e pluralismo na comunicação social e direito de antena; 6. Garantias e protecção dos direitos sindicais; 7. Reconhecimento efectivo dos direitos de participação dos trabalhadores; 8. Garantia da realização efectiva dos direitos dos trabalhadores; 9. Contra os contratos a prazo; 10. Defesa da legislação do trabalho favoreável aos trabalhadores e sua

extensão às camadas de trabalhadores ainda excluídas; 11. Direitos dos quadros técnicos; 12. Direito ao trabalho de deficientes e sinistrados no trabalho; 13. Pagamento dos salários em atraso; 14. Combate ao desemprego; 15. Direito à formação profissional; 16. Garantia do direito de contratação coletiva; 17. Combate à inflação; 18. Defesa do poder de compra; 19. Benefícios nos passes sociais; 20. Direito à habitação; 21. Serviço Nacional de Saúde e gratuidade dos cuidados de saúde; 22. Defesa da paz.

Não há nada de vago ou de infundamentado nas reivindicações que acabamos de referir. O IV Congresso aprovou

especificadamente esses 23 pontos para serem reivindicados junto do Governo. S. I.

Decorre daí a ligação inseparável entre reivindicações



O novo Conselho Nacional da
(56,33 por cento do total)

0 nov

O Conselho Nacional do CGTP-IN, que segundo os seus estatutos substitui o Secretariado Nacional, constituído como ele, um dos órgãos responsáveis pela direcção do Central, foi eleito ao fim da tarde de sábado no decorrer da quarta sessão dos trabalhos do IV Congresso por 966 dos 1040 delegados inscritos, ou seja, o equivalente a 92,88 por cento dos votos depositados. O resto da votação dividiu-se por 49 votos brancos e 25 nulos.

Com 51 membros efectivos e 20 suplentes o Conselho Nacional, com mais 26 elementos que o Secretariado anterior (33 efectivos e 12 suplentes) incluiu todos os membros da Comissão Executiva anterior, num total de nove, e foi eleito em lista única sendo a maioria dos operários – 56,33 por cento do total.

Subscrita pelo Secretariado Nacional, a lista eleita para o triênio de 1983-1985, cujos membros elegerão entre eles uma nova Comissão Executiva, é a seguinte: Álvaro Fernandes Rana, Américo Nunes, António Martins Pinto Guimarães, António Maria Quintas, Armando Artur Teixeira da Silva, Augusto





qual se deve fortalecer tudo o que favoreça a unidade e derrotar todas as posições que partem das opções ideológicas de cada trabalhador ou grupo de trabalhadores para as arvorar em bandeira da divisão e da inépcia perante o inimigo comum.

luta e poder político, entre situação concreta e possibilidades de a alterar.

Por isso o IV Congresso recusou as formulações vagas para se situar no concreto, fortalecendo a prática segundo a

Totais

Segundo a intervenção de encerramento lida por Armando Teixeira da Silva, participaram no IV Congresso da CGTP-IN 1227 delegados em representação de 216 sindicatos, 20 uniões e 18 federações, num total de 254 associações sindicais representativas de 1 550 963 trabalhadores.

Sessenta e nove é, segundo a mesma fonte, o total dos sindicatos não filiados na Central, que participaram em pé de igualdade com os membros da CGTP-IN.

Durante os trabalhos do IV Congresso foram aprovadas por unanimidade as filiações de nove sindicatos: Indústria da Construção Civil, Madeiras, Metalurgia e Metalomecânica de Trás-os-Montes e Alto Douro; Hotelaria e Similares do Distrito de Faro; Construção Civil, Marmoristas e Mont. do Distrito de Castelo Branco; Agrícolas do Distrito de Vila Real; Construção Civil, Madeiras e Ofícios Correlativos do Distrito de Leiria; Hotelaria, Turismo e Similares do Norte; Função Pública da Zona Norte; Agrícolas do Distrito de Viseu; Cerâmica, Cimento e Similares do Distrito do Porto.

Segundo documento distribuído durante o Congresso, «num total de 2 534 000 trabalhadores assalariados, dos quais 1 915 843 filiados em 293 sindicatos, a CGTP-IN representa, através de 149 sindicatos nela filiados, cerca de 1 380 900 trabalhadores, ou seja, 72,6 por cento do total de sindicalizados».

Segundo lista lida na tribuna do Congresso por Álvaro Rana, as delegações estrangeiras convidadas foram sessenta e uma. A maior parte esteve presente no Pavilhão dos Desportos. Outras enviaram sau-

dações. As comunidades portuguesas no estrangeiro, designadamente os emigrantes na Europa, remeteram uma saudação lida por Luís Ferreira, representante da Comissão da Comunidade Portuguesa na Bélgica.

Entre as delegações estrangeiras contava-se o Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, SZOT da Hungria, CGT e CFDT de França, CGIL, CISL e UIL (saudação) de Itália, CTC de Cuba, UNTA de Angola, Pró-CUT do Brasil, CUT chilena e CCOO de Espanha.

Além das moções estranhas

à ordem de trabalhos, designadamente a moção sobre a paz, a do 1.º de Maio, e a da Reforma Agrária, o IV Congresso aprovou por larga maioria, ou por unanimidade e aclamação, os novos estatutos, o programa de acção para três anos, o programa de acção e o caderno reivindicativo em 22 pontos da CGTP-IN.

Os projectos-síntese desses documentos, já alterados durante a preparação do Congresso, sofreram ainda alterações durante os trabalhos e foram objecto de alternativas derrotadas na votação.

Comissão de Honra

Uma Comissão de Honra de nove antigos dirigentes sindicais, representativos da história do movimento sindical português, foi apresentada ao Congresso e assistiu à sessão de encerramento.

O grupo de ex-sindicalistas de que fazia parte José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e vice-presidente da Assembleia da República, na sua qualidade de antigo dirigente sindical dos Corticeiros de Silves, compunha-se ainda de Francisco Mestre, de 85 anos, participante na greve geral de 1918; José Henriques Veres, de 82 anos, um dos fundadores da Associação de Classe dos Operários e Tecelões de Castanheira de Pera, em 1920; Manuel Barido, um interveniente no 18 de Janeiro (1934) na Marinha Grande; Emídio Santana, que foi dirigente da CGT; Guilherme Martins, de 76 anos, dirigente do Sindicato dos Carros Eléctricos da Carris, de 1950 a 1952; Manuel José da Silva, delegado ao IV Congresso da CGTP-IN, dirigente do Sindicato das Conservas de Vila Real de Santo António, entre 1948 e 1950, e membro dos actuais corpos gerentes do mesmo Sindicato; António Calarão, trabalhador rural, um dos organizadores das praças de São, e Daniel Cabrita, membro da direcção dos Bancários do Sul e Ilhas, em 1969-1970.

Dos nove elementos da Comissão dois não puderam comparecer. Doentes, enviaram mensagens de saudação Francisco Mestre e Guilherme Martins.

Apresentados por Manuel Lopes e Manuel Carvalho da Silva, os ex-sindicalistas, que passaram quase todos pelos cárceres fascistas, foram saudados pelo Congresso com grande emoção. Ouviram-se repetidamente a palavra de ordem «Fascismo nunca mais!».

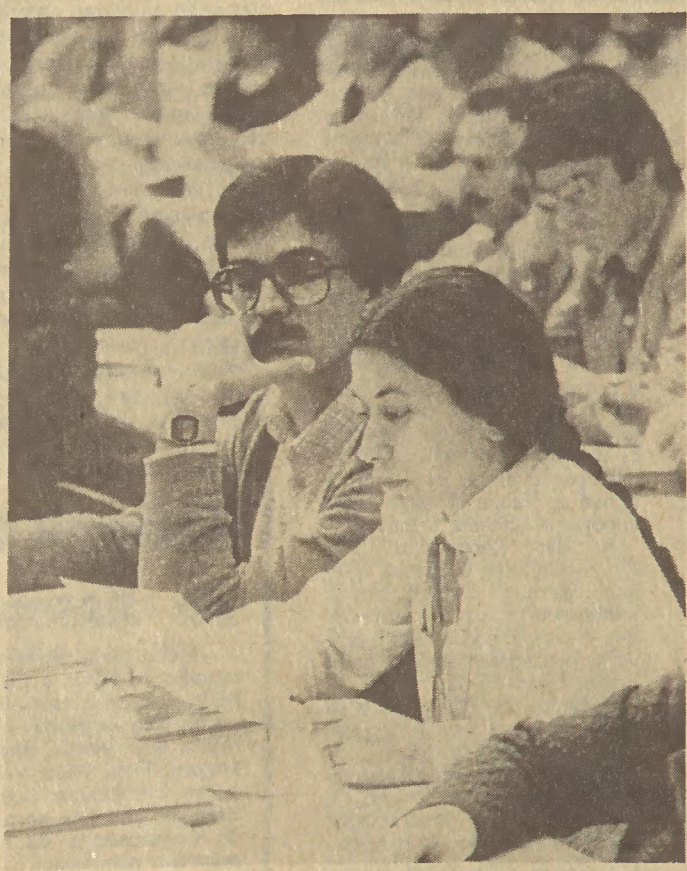


Os elementos da Comissão de Honra presentes

Conselho

to Martins do Ó de Brito, Belmiro dos Santos Alves, Carlos António de Carvalho, Carlos Manuel Alves Trindade, Dinis de Jesus Grilo da Silva, Fernando Garcia Ferreira Amado da Silva, Fernando Tavares Loureiro, Florival Rosa Lança, Francisco de Sá Pereira, Gaspar Militão Ângelo, Jaime Marques Machado, Jerónimo Fernando da Silva Rodrigues, João Maria Pacheco Gonçalves, Joaquim Almeida da Silva, Joaquim Mendes dos Santos Calhau, Joaquim Pólvora Garcia Labaredas, José Alberto Valério Dinis, José António Sequeira da Encarnação, José Augusto dos Santos Arede, José Ernesto Ribeiro Cartacho, José Luís Judas, José Luís Pascoal, José Manuel Morais Marques, José Manuel de Sousa Tavares Machado, Leonel Martinho Gomes Nunes, Luís Maria Kalidás Costa Barreto, Luís Teixeira Pinto Vilas-Boas, Manuel António Teixeira de Freitas, Manuel Carvalho da Silva, Manuel Correia Lopes, Manuel Francisco Guerreiro, Manuel Joaquim da Silva Vieira Mendes, Maria Augusta da Purificação Rodrigues de Sousa, Maria do Carmo de Carvalho Tavares Ramos, Maria Emília

Reis Castro, Maria Madalena Moreira Amaral, Maria Manuela Bela Braz Almeida, Maria Manuela de Medeiros, Maria Odete Jesus Filipe, Maria Regina Libano Santos, Mário António Seabra da Silva, Rogério Dias dos Santos Torres, Rosa Maria Simões da Silva Sousa Marques, Ruben Pacheco de Matos Rolo, Valdemar Rodrigues Henriques, Vítor Manuel Rodrigues Ranita, como efectivos; como suplentes: António Carlos de Sousa Conde, Carlos Alberto de Araújo Pereira Amado, Carlos António Gomes Mamede, Francisco António Brás Caixinha, Guida Maria Vieira Martins, Hélio Bexiga Viegas, Horácio do Nascimento Matos, Isabel Vitória de Almeida Figueiredo, Joaquim Filipe Coelho Dionísio, Jorge Augusto Cristóvão Lopes, José Carlos Soares Batista, José Fernando de Almeida Ferreira Mendes, José Ferreira Antunes, José Jorge Ferreira, Luís Pereira Garra, Margarida Maria de Meneses Borba Ramires Fernandes, Maria do Céu Ferreira de Jesus, Maria da Conceição de Lima Faria, Maria de Jesus Belchior da Lança Rodrigues Horta, Quintino Manuel dos Santos Aguiar.



Juventude

S. Miguel (Açores) Jovens comunistas comentam situação da juventude

A direcção de S. Miguel (Região Autónoma dos Açores) da Juventude Comunista Portuguesa decidiu tornar público o seguinte comunicado:

A situação da crise económica, política e social que se tem agravado de forma acelerada atinge directa e mais agudamente a juventude.

O desemprego atinge em maior grau os jovens, principalmente os que procuram o primeiro emprego.

Os contratos a prazo repetem-se injustamente, sujeitando-se os jovens a qualquer trabalho temporário, sem garantias, mal pago e sempre com a perspectiva do despedimento.

O mesmo tempo, a falta de habitação e os preços das rendas, impedem muitos jovens casais de constituírem família de forma digna e independente.

Por outro lado, continua a manter-se a falta de apoio para actividades desportivas, culturais e recreativas e não existe

uma política de apoio à ocupação de tempos livres.

A juventude sente cada vez mais o isolamento da sociedade e é solicitada para actividades marginais.

A criminalidade, o alcoolismo, o consumo de drogas e o jogo, atingem uma grande parte da juventude, porque a sociedade não lhe dá condições para uma vida digna e salutar.

O ensino continua a ser um privilégio para uma percentagem mínima da juventude, apesar do aumento da população escolar. As condições económicas impedem que um maior número de jovens frequentem as escolas ou prossigam os seus estudos.

O aumento de 200 por cento na participação individual dos passes nos transportes públicos revela a falta de incentivo que é dado aos estudantes.

As escolas mantêm-se ainda como meros depósitos de conhecimentos que se procuram impingir à força. Os estudantes não participam na definição

das actividades escolares como lhes compete.

Os conselhos directivos das escolas secundárias de Ponta Delgada encontram-se numa situação ilegal porque deles não fazem parte os dois representantes dos alunos diurnos e um representante dos alunos nocturnos, em cada uma delas, como a lei obriga.

As recentes eleições para as chamadas Comissões Associativas nas escolas secundárias mostram claras derrotas das listas apadrinhadas pelas comissões anteriores, afectas ao chamado MSE e JSD. Tais organizações provam assim estarem afastadas dos interesses dos estudantes, pretendendo antes controlá-los, para que tudo fique na mesma.

A direcção de São Miguel da Juventude Comunista Portuguesa, conclui que é necessária uma mudança radical na política nacional e regional e que é possível essa mudança com a intervenção activa da Juventude.

Distrito de Lisboa

Realizou-se, no passado domingo, uma reunião distrital de quadros do distrito de Lisboa, da Juventude Comunista Portuguesa.

Na análise da situação política constatou-se o reforço de movimentos e lutas juvenis que terão nos dias 24 e 28 de Março, pelo vasto conjunto de acções e iniciativas programadas, um ponto alto na exigência nacional de uma nova política de ensino e de juventude.

A organização distrital de Lisboa da JCP exorta todos os jovens a participarem nas comemorações das duas importantes datas (Dia do Estudante e Dia Nacional da Juventude, respectivamente).

Sobre as eleições foi concluído que tanto a "AD", agora PSD e CDS, como o PS, pela sua prática governativa e pela inclusão nas suas listas de homens como Veiga Simão e Cardia, apresentam-se ao eleitorado juvenil desacreditados, não constituindo qualquer alternativa à resolução dos seus problemas, mas como continuadores da política de direita anti-juvenil dos contratos a prazo, dos despedimentos, do desemprego, do propedéutico, do 12.º ano, dos chumbos e da anarquia no ensino, do corte de crédito para compra de habitação própria e da proibição às consultas de planeamento familiar.

Só o PCP e a APU são uma alternativa real como a prática diária das autarquias de maioria APU o tem comprovado.

A Juventude saberá apoiar e votar em quem conhece e tem soluções concretas para os seus problemas.

A Juventude através da campanha e do seu voto mostrará que para a resolução dos seus problemas confia no PCP, confia na APU.

Dia 19, no grandioso comício do PCP, na Praça da Figueira, a Juventude mostrará a sua convicção em que para a resolução dos problemas da Juventude é necessário o PCP no Governo?

Vitórias da unidade em escolas do Porto...

Realizaram-se na passada semana eleições para as direcções de Associações de Estudantes das escolas Soares dos Reis e Carlos Cal Brandão, saindo vitoriosas nas duas escolas listas unitárias com a participação de militantes da JCP.

Na Soares dos Reis a lista unitária obteve 428 votos (70%) contra 146 da lista afecta à JSD; na Carlos Cal Brandão a lista vencedora obteve 362 votos contra 331 da lista afecta à JSD e JC.

Com estas duas vitórias dos estudantes, elegendo associações unitárias, damos um passo importante para a dinamização do movimento associativo das escolas da cidade, salientam os estudantes comunistas.

... e de Castelo Branco

A Comissão Distrital de Castelo Branco da Juventude Comunista Portuguesa salienta, em comunicado, que as listas unitárias e democráticas ganharam no distrito mais duas direcções de Associações de Estudantes: o Magistério do Fundão e a Escola Secundária Nuno Álvares na capital do distrito.

A direita (AD) continua a perder estrondosamente posições no Movimento Associativo Estudantil da região.

Das sete eleições realizadas para as direcções associativas, as listas unitárias passaram de uma para quatro (do ano anterior para este), a direita de cinco para duas e uma lista de independentes conquistou outra (aquí a vitória da lista unitária ficou a sete votos).

A direita à frente das AE's nada fez pelos estudantes e não ser partidária, imobilismo e desrespeito pelos interesses estudantis, criando em muitos casos nos estudantes a falta de confiança na importância do MA escolas, accentua a JCP, que conclui:

«Apesar dos enormes investimentos económicos feitos pela direita (JSD, JC, JM) com carros de som, autocolantes a

diversas cores e diversos modelos numa só campanha, nos cartazes e montes de outra propaganda, não conseguiu desmentir o recuo e perda de importantes posições.

«A JS pela sua orientação sectária e não aliança com as outras organizações juvenis democráticas estagna na votação e noutros casos retrocede.

«O Movimento Associativo Unitário tem sido a alternativa e pelo trabalho já realizado tem demonstrado merecer a confiança depositada pela maioria dos estudantes.

«O trabalho, o respeito pelos direitos dos estudantes, a dinâmica é também no distrito de Castelo Branco a alternativa».

De S. Pedro da Cova para a Serra da Estrela

A Comissão de Jovens de apoio à APU de S. Pedro da Cova (Gondomar) vai realizar, nos próximos dias 19 e 20 de Março, um passeio à Serra da Estrela.

Quem quiser acompanhar os jovens de S. Pedro da Cova e, naturalmente, aproveitar um óptimo fim-de-semana, pode fazer a sua inscrição, pelo preço de 750\$00, nos Centros de Trabalho do PCP de Rio Tinto e S. Pedro da Cova.

Evocação de Marx

A Comissão Executiva da Comissão Central da JCP divulgou a seguinte nota sobre o centenário de Karl Marx:

Cumprem-se a 14 de Março 100 anos após a morte de Karl Marx. Assinalar esta data é mais do que uma simples evocação de uma figura histórica impar.

Karl Marx não só criou uma nova visão do mundo, da história e da sociedade como abriu caminhos e pistas para a sua transformação revolucionária.

A obra de Marx animou a luta de gerações de militantes

revolucionários e é hoje um guia para a acção de grandes massas em todo o mundo.

Homenagear Marx, é para os jovens comunistas, evocar uma obra que deu o impulso decisivo à luta da classe operária contra a exploração capitalista, abrindo portas e perspectivas para a construção de um futuro de felicidade e paz.

Para os jovens comunistas, prestar homenagem a Marx, é também, apontar nele, um exemplo de lutador infatigável, de criador, que ao longo de toda a sua vida aliou o estudo e a reflexão à acção revolucio-

nária e às responsabilidades de dirigente da Liga dos Comunistas e da I Internacional.

Para os jovens comunistas o legado de Marx é uma obra viva, confrontada e confirmada no dia-a-dia da luta dos trabalhadores e da juventude, dia-a-dia enriquecida e aprofundada pela experiência das conquistas do socialismo e da luta revolucionária dos povos de todo o mundo.

100 anos após a morte de Karl Marx o marxismo vive e viverá na luta dos jovens comunistas portugueses.

PCP



Jornada comemorativa em Santarém, uma das muitas iniciativas do 62.º aniversário do PCP

Numerosas iniciativas no 62.º aniversário do PCP

Numerosas iniciativas, que seria praticamente impossível aqui noticiar na íntegra, assinalaram em todo o País, de Trás-os-Montes ao Algarve, dos Açores à Madeira, e mesmo em vários pontos do Mundo (como sucedeu na RP de Moçambique), os 62 anos de vida e luta do Partido Comunista Português.

Tais iniciativas, caracterizadas pela variedade do seu conteúdo e pelo entusiasmo dos seus participantes, foram promovidas pelas organizações do Partido, nomeadamente pelas Direcções Regionais, Comissões Concelhias, de freguesia e locais, células de empresa e de bairro, sectores específicos e outros organismos partidários.

Além de festas e jornadas de convívio, realizaram-se sessões culturais, colóquios e debates, espectáculos variados, comícios, sessões de esclarecimento, almoços e jantares de confraternização, etc.

Estas iniciativas — a começar pelo grande comício no Porto com Álvaro Cunhal — foram naturalmente aproveitadas para divulgar as conclusões da Conferência Nacional do PCP sobre as eleições, que decorreu no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, na véspera do 62.º aniversário do PCP.

O funeral de Manuel Guedes

— sentida manifestação de pesar e homenagem ao combatente antifascista

“Um combatente revolucionário que dedicou o melhor da sua vida à causa operária, à causa dos explorados e oprimidos, à luta contra o fascismo, contra a exploração, pela liberdade e pela democracia”.

Mais do que justas e sentidas palavras de homenagem, assim se aponta a verdade sobre a vida dum homem: Manuel Guedes, conhecido resistente antifascista, destacado militante e antigo dirigente do PCP, falecido em Lisboa, na passada semana.

O funeral, que constituiu sentida manifestação de pesar, a que se associaram largas dezenas de pessoas, realizou-se na última quinta-feira, da casa mortuária de Nossa Senhora de Fátima para o cemitério de Benfica, onde o funeral era aguardado por muitos companheiros e amigos de Manuel Guedes.

A casa mortuária já se tinham deslocado, no dia anterior, várias personalidades, incluindo dirigentes do PCP, entre os quais o secretário-geral, camarada Álvaro Cunhal e outros elementos da Comissão Política do Comité Central; ex-tarrafalistas e membros da União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), a que Manuel Guedes também pertencia.

Também apresentaram pessoalmente as suas condolências alguns oficiais da Armada, designadamente os comandantes Costa Santos e Lemos Pinheiro; uma delegação de sargentos daquele ramo das FA's (Manuel Guedes foi marinheiro-artilheiro nos anos 30); e ainda Salgado Zenha e outras personalidades.

Na derradeira homenagem ao antigo dirigente do PCP, aproximando-se o momento em que o seu corpo iria descer à terra, encontravam-se vários camaradas do Comité Central do Partido (Sérgio Vilarigues, José Vitoriano, Joaquim Gomes e Dias Lourenço, da Comissão Política; e ainda Pires Jorge, José Carlos Almeida, Abolim Inglês, Georgete Ferreira, Francisco Miguel, José Bernardino, Margarida Tengarrinha, Rogério de Carvalho e Severiano Falcão); membros da URAP e ex-tarrafalistas, como Oliver Bartolo e João Faria Borda; o historiador e professor universitário Borges Coelho; Piteira Santos, director-adjunto do “diário de Lisboa”; José Tengarrinha, presidente do MDP/CDE; o actor Rogério Paulo; e outros amigos e antigos companheiros de Manuel Guedes.

Junto da campa foram proferidas breves palavras de homenagem ao camarada falecido, por José Vitoriano e Oliver Bartolo.

“Trabalhei e convivi com Manuel Guedes vários anos na luta antifascista, que em liberdade viver na prisão. Manuel Guedes foi um combatente revolucionário que dedicou o melhor da sua vida à causa operária, à causa dos explorados e oprimidos, à luta contra o fascismo, contra a exploração, pela liberdade e pela democracia”, afirmaria José Vitoriano, acrescentando:

“O Partido foi a razão da sua vida. Manuel Guedes aderiu ao Partido jovem ainda, em 1931, cerca de dois anos após a reorganização levada a cabo sob a direcção de Bento Gonçalves, reorganização que viria a dar um grande impulso ao então ainda incipiente trabalho do Partido”.

José Vitoriano referiu-se em seguida a alguns momentos da vida de Manuel Guedes como corajoso combatente revolucionário: o seu papel destacado na Organização Revolucionária da Armada (ORA) — “organização que mais tarde, em 1936, conduziu a revolta dos marinheiros dos navios da Armada

Só o reforço da APU abre caminho a uma alternativa democrática

— disse Álvaro Cunhal na apresentação dos candidatos por Lisboa

Os candidatos da APU pelo distrito de Lisboa — entre os quais o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, José Manuel Tengarrinha, Presidente do MDP/CDE e Anselmo Anibal, independente — promoveram na última quinta-feira, na Casa do Alentejo, um encontro com os profissionais da informação no decorrer do qual tiveram oportunidade de responder às questões colocadas pelos jornalistas, primeiro, e pela assistência, depois, bem como esclarecer a posição daquela coligação relativamente a diversos aspectos da vida nacional.

A abertura da sessão esteve a cargo de Silva Graça, mandatário da lista por Lisboa, e pelas suas palavras ficámos a saber que dos 61 candidatos por este círculo eleitoral a média de idades entre o mais jovem (22 anos) e o menos jovem (José Gomes Ferreira com os seus 82 anos) é de 43 anos. Do total 21,3 por cento são mulheres e quanto à composição social 41 por cento são operários e empregados e 52 por cento quadros técnicos e intelectuais.

A anteceder o período de perguntas verificaram-se bre-

ves intervenções de José Tengarrinha, Anselmo Anibal e Álvaro Cunhal. «Derrota da 'AD' é já um facto consumado pelo descontentamento que a sua política provocou» — começava por afirmar o presidente do MDP, para quem as forças democráticas partem em posição de nítida vantagem para a próxima batalha eleitoral. Defendendo desde já a clarificação dos objectivos e da política de alianças das várias forças políticas, na medida em que nenhuma «terá maioria absoluta», aquele dirigente sublinhou a seguir que um possi-

vel bloco central, de que alguns insistem em falar, com uma aliança entre o PS e o PSD e mesmo o CDS, não resolverá os problemas do país. «Só a APU, ao contrário da FRS e da 'AD' que já desapareceram — concluiu Tengarrinha — mantêm vivas três características: estabilidade, eficácia e coerência de atitude».

Para Anselmo Anibal, o segundo orador, a APU é também uma «estrutura aberta, viva e popular», onde os democratas com ou sem partido e os trabalhadores dos mais diversos sectores e qualificações podem participar no sentido de «contribuírem para a solução dos problemas nacionais». Numa alusão às 55 câmaras que ocupam mais de 30 por cento da área nacional e onde existe uma gestão democrática orientada pelos eleitos da APU, aquele economista salientaria tal facto como um bom exemplo do que os homens e mu-

lheres da APU são capazes de fazer e manifestaria ainda a sua convicção de que só a APU dá «garantia de credibilidade, trabalho competente e honesto».

Álvaro Cunhal referiu-se por seu turno às condições favoráveis em que decorrem as próximas eleições e à sua importância como forma de «abrir caminho para uma alternativa democrática». Depois de enumerar as sucessivas derrotas infligidas aos partidos da direita por força da luta vitoriosa dos trabalhadores, designadamente os resultados eleitorais das autarquias, as demissões de Freitas e Balsemão, o falhanço do plano subversivo, a própria desagregação dos partidos da 'AD' roídos por ambições pessoais e lutas, etc. — o secretário-geral do PCP considerou existirem condições «para que em 25 de Abril haja uma nova vitória» dos trabalhadores e da democracia. Esta ideia de que os parti-

dos da direita ficarão em minoria, conforme explicou, resulta de «vários factos e indícios» apurados ao longo destes últimos meses. No entanto, chamou ainda a atenção o dirigente comunista, é necessário impedir que mesmo em minoria os partidos da direita continuem a governar socorrendo-se para tanto da mão amiga do PS. E tal só será possível havendo um reforço da votação e do número de deputados da APU na Assembleia da República.

Já no período de debate, a que assistiram perto de uma centena de convidados, Álvaro Cunhal e José Tengarrinha expuseram a posição dos seus partidos sobre as questões colocadas pelos participantes. A

possibilidade de participação dos comunistas e seus aliados no governo; os resultados das próximas eleições legislativas; as recentes declarações de Soares e as críticas severas que o PCP faz à política seguida pela direcção do PS; a participação dos verdes nas listas da APU; as greves dos transportes; o significado das acções de pressão externa que se anunciam proximamente no nosso país, como sejam o Congresso da Internacional Socialista, as manobras da NATO e a reunião de ministros desta organização militar constituíram alguns dos temas levantados no decorrer da sessão que suscitaram um natural interesse por parte de todos os presentes.

Fiães: 1.º comício dos candidatos por Aveiro

Com cerca de 300 pessoas, decorreu nas instalações da Casa do Povo de Fiães, concelho da Feira, o primeiro comício de apresentação dos candidatos da Aliança Povo Unido pelo círculo eleitoral de Aveiro.

Durante a sessão, que se caracterizou pelo vincado interesse de todos os participantes, usaram da palavra os candidatos José Ribeiro, tesoureiro da Junta APU de Fiães, que se referiu à necessidade de participação do PCP no Governo, condição essencial à resolução dos problemas nacionais: Maria Ceíla Pimenta, de “Os Verdes”, que abordou questões ecológicas; Paulo Renato, operário corticeiro, membro da Comissão Distrital de Aveiro da JCP, que destacou a luta da juventude trabalhadora, apontando casos concretos dos jovens corticeiros; Zita Seabra,

cabeça de lista por Aveiro, que salientou a actividade da APU, a necessidade do seu reforço e a existência de boas condições para a eleição dum segundo deputado APU por este círculo eleitoral; finalmente, Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central do PCP, que falou das conclusões da recente Conferência Nacional do PCP, da situação política e das tarefas que se colocam aos democratas portugueses.

No decorrer do comício foi calorosamente aplaudida uma moção de saudação ao IV Congresso da Internacional, no qual estavam a participar dois candidatos da APU por Aveiro: Joaquim Almeida e Ferreira Mendes.

A sessão incluiu uma festa animada pelo grupo “Mensagem”. Nas ruas de Fiães houve ainda o desfile dum conjunto de Zés Pereiras.

Açores

Manobras eleitoralistas do PSD de Mota Amaral: o «caso» do aeroporto de S. Jorge...

A situação política regional constituiu o principal tema que esteve em debate na recente reunião da Comissão Executiva da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) do PCP. Um tema que, como sublinha a DORAA, está intimamente ligado ao ambiente pré-eleitoral que se vive no arquipélago.

«Nos órgãos de comunicação social acentua-se o anticomunismo, ao mesmo tempo que se assiste à montagem de uma operação de propaganda do Governo Regional, do PSD e dos seus dirigentes», refere a DORAA do PCP, que acrescenta:

«O adiamento da inauguração do aeroporto de S. Jorge para um dia próximo das eleições é um facto que ilustra o aproveitamento eleitoralista a que o Governo Regional recorre para mascarar a situação de crise económica e social que se manifesta na Região.

«Verificam-se cada vez mais casos de atraso no pagamento de salários em numerosas empresas. Os despedimentos sucedem-se, com saliência para as empresas “Varela” e “Tercon” (...).»

A DORAA refere ainda a situação difícil em que se encontram os trabalhadores contratados a prazo, «mesmo na administração pública», alertando para o facto do desemprego continuar a aumentar, o que atinge «diversas camadas, principalmente entre a juventude, provocando o aumento da marginalidade».

Os comunistas dos Açores apoiam também os justos protestos dos trabalhadores da Função Pública «pelo atraso no processamento dos aumentos decretados», comentando a propósito:

«O pagamento com efeito retroactivo não compensa os prejuízos já verificados devido à acelerada perda do poder de

cômpria, que ultrapassa largamente os 17 por cento».

Conclui a DORAA:

«Embora prepare uma análise mais detalhada das listas concorrentes na região às eleições para a Assembleia da República, a Comissão Executiva da DORAA salienta a existência de listas de partidos sem qualquer actividade e compostas exclusiva ou quase exclusivamente por candidatos não residentes na Região que procuram confundir o eleitorado, apresentando-se com pequenos disfarces, com o símbolo do PCP.

«Relativamente à preparação das eleições, foram tomadas decisões quanto à actividade do PCP no âmbito da campanha eleitoral da APU. O PCP prepara uma campanha eleitoral muito intensa, procurando mobilizar o eleitorado para os objectivos nacionais que foram aprovados na Conferência Nacional do PCP, onde participaram delegados na região.

«Foi ratificada a marcação da reunião da Comissão Eleitoral Regional da APU, a realizar-se em Ponta Delgada nos próximos dias 25 e 26 de Março, onde serão aprovados o manifesto eleitoral regional da APU e a orientação prática para a campanha eleitoral.

«No final da reunião da comissão eleitoral, em conferência de Imprensa, os candidatos da APU apresentarão os objectivos a alcançar na região, tendentes à clarificação democrática da situação política regional.

Blanqui Teixeira na Assembleia do Faial

O camarada Fernando Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, encontra-se numa visita de dez dias à Região Autónoma dos Açores. Nesta sua visita, Blanqui Teixeira visitará as ilhas de S. Miguel, Pico, Faial e Terceira onde participará em reuniões e em iniciativas das respectivas organizações do PCP. Blanqui Teixeira participará em especial na 1.ª Assembleia da Organização da Ilha do Faial, a realizar na Horta, no próximo domínio. O seu regresso a Lisboa está previsto para dia 24.

Évora

APU apresenta candidatos

A Aliança Povo Unido promoveu em Évora no passado dia 14 um encontro com os jornalistas para apresentação dos seus candidatos às eleições para a Assembleia da República e divulgação do conteúdo da campanha eleitoral.

Na lista de candidatos figuram António Murteira, membro do Comité Central do PCP e responsável pela frente da Reforma Agrária; Custódio Ginjaço, deputado à Assembleia da República desde 1976; António Vidigal Amaro, deputado desde 1980; João Torrinhos Paulo, dirigente da União dos Sindicatos do distrito de Évora; e José Alves Madeira, membro da Comissão Nacional e do Secretariado Nacional do MDP/CDE.

Criticando um possível acordo entre o Partido Socialista e os partidos colocados à sua direita, a APU considera necessário um aumento da sua vota-

ção, o que tornará possível viabilizar uma política capaz de assegurar a solução dos problemas nacionais.

No distrito de Évora, a APU considera a agricultura como fundamental ao desenvolvimento económico e ao bem-estar social, pelo que reclama a reposição da legalidade democrática nesta zona de intervenção e uma nova lei geral da Reforma Agrária.

Defende ainda um intenso apoio estatal aos pequenos e médios agricultores com vista à modernização da sua actividade.

A Aliança Povo Unido do distrito de Évora propõe ainda bater-se pela concretização do Plano de Rega do Alentejo, pela intensificação do apoio a pequena e média indústria e comércio, pelo reforço da autonomia e aumento dos meios financeiros à disposição do Poder Local e, no domínio da

saúde, pela existência de um Serviço Nacional de Saúde.

Brevemente, num manifesto eleitoral, serão divulgadas outras acções viradas nomeadamente para a juventude (luta contra o desemprego) as mulheres (defesa do planeamento familiar) e os reformados (actualização das pensões da reforma).

As propostas da APU demarcam claramente a sua acção e o seu projecto dos partidos de direita e do Partido Socialista que trouxeram a violência e o retrocesso económico e social à região através da lei Barreto e das intervenções da GNR, contra os trabalhadores da Reforma Agrária.

A forma como tem decorrido a campanha permite admitir um bom resultado eleitoral através da eleição de um quarto deputado para a APU no distrito de Évora.

Coimbra

«Povo Unido» comenta situação no distrito

Com a presença do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e cabeça de lista pelo círculo de Coimbra às próximas eleições legislativas, reuniram no passado dia 13, naquela cidade, os candidatos da APU, que procederam à análise da situação política, económica e social do distrito, definiram as linhas fundamentais e os objectivos a nível distrital para a próxima campanha eleitoral. No final aprovaram o seu manifesto eleitoral, que brevemente tomarão público.

No manifesto eleitoral da APU por Coimbra denunciaram-se os resultados para o distrito da política ruinosa dos governos «AD»/PSD/CDS, sendo os trabalhadores as principais vítimas, como se exemplifica, entre outros, com os casos da Vidreira de Fontela, da Terme

e da Agta.

Igualmente os agricultores — produtores de leite, arroz e carne do Baixo Mondego e os produtores florestais da Zona da Serra —, os pequenos e médios comerciantes e industriais, as mulheres, os jovens e os reformados do distrito de Coimbra têm visto agravadas as suas dificuldades e o seu nível de vida.

No manifesto é também analisada a degradação que se verifica no distrito nos sectores do ensino, saúde e habitação. Afirma-se ainda que a derrota dos partidos, da «AD» (PSD/CDS) é mais do que um objectivo, é uma certeza.

Quanto ao PS, é responsabilizado em parte pela grave situação que o país e o distrito atravessam, nomeadamente lembram que as principais leis anti-operárias e anticampon-

as foram da iniciativa dos governos socialistas e demonstram que o PS não é alternativa institucional e política para a saída da crise. Alertam para o perigo do PS se vir a aliar à reacção, possibilitando a manutenção no governo dos partidos da direita «AD» perigo esse ainda mais real depois do afastamento das listas do PS dos membros e apoiantes do ex-secretariado que em Coimbra, por exemplo, atingiu e marginalizou conhecidas figuras socialistas de grande prestígio.

Concluem os candidatos no seu manifesto que também no distrito de Coimbra o voto na APU é o único voto útil, certo e seguro e que só com a participação dos trabalhadores, só com a participação do PCP no Governo é possível a saída da crise.

Algarve

Em contacto directo com os trabalhadores da «Embamar» e os pescadores do Alvor

Tal como foi anunciado, o camarada Carlos Brito visitou na última sexta-feira, acompanhado por Carlos Luís Figueira e Margarida Tengarrinha, membros do Comité Central do PCP, a fábrica de conservas da «Embamar» em Portimão e os pescadores da pesca artesanal do Alvor.

Em relação à «Embamar», através de encontro tido com a administração e de uma reunião com os trabalhadores, foi-lhes dado a conhecer a situação particularmente difícil em

que se encontra esta empresa com 75 por cento de capital estatal, cuja actividade produtiva se encontra paralisada há meses.

Só a rede de frio se encontra a funcionar e mesmo esta

investimentos consecutivos ao longo dos anos, hoje se encontra sem qualquer possibilidade de competir a preços rentáveis no mercado do sector.

Ocupando há anos cerca de 400 trabalhadores, hoje encon-

Hoje:

Visita à T. Pinto e à Gelmar

No seguimento de várias visitas que vem realizando a empresas e sectores profissionais na região, Carlos Brito tem hoje um encontro com a administração da «Torres Pinto», unidade corticeira em Faro, e uma reunião com os delegados sindicais da empresa.

A tarde, Carlos Brito visitará em Olhão a fábrica de congelados de peixe «Gelmar», empresa que se encontra em situação difícil, pesando sobre ela o perigo da desnacionalização.

Na segunda-feira dia 21, Carlos Brito terá um encontro com o professor Gomes Guerreiro, reitor da Universidade do Algarve, a fim de se informar em concreto sobre a situação em que se encontra a sua implementação.

sem ser nas melhores condições, dado que está a viver fundamentalmente do aluguer do espaço de frio a terceiros.

Das mais antigas empresas da região, a empresa carece de um plano de reconversão tecnológica para assegurar a sua rentabilidade, já que, sem

tra-se com menos de uma centena de conserveiras que há mais de 5 meses permanecem na empresa sem qualquer ocupação e já com salários atrasados há meses.

Tal situação é vivida com grande preocupação pelos trabalhadores que expressaram o

PCP

Com a participação de Carlos Costa

Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro

Encontrar soluções para os problemas dos transmontanos e durieneses, abrir caminhos para o desenvolvimento económico e social da região para assim melhor poder lutar por ele é o objectivo da Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro que no próximo domingo, por iniciativa do PCP e aberta a todos os democratas, decorrerá na cidade de Vila Real.

A Conferência terá início às

9 e 30 para a sessão de abertura e em seguida começará a discussão nas nove secções:

1. Problemas agrícolas, pecuária e silvicultura; 2. Região Douro; 3. Indústria e Comércio; 4. Política económica e financeira, planeamento, descapitalização e investimento; 5. Infra-estruturas e qualidade de vida; 6. Ensino; 7. Saúde; 8. Regionalização, Poder Local e Democracia; 9. Cultura, desporto, informação.

Às 16 e 30 haverá um espectáculo no Cine-Teatro Real com a participação de Carlos Mendes.

Finalmente, às 17 e 30, terá início a sessão de apresentação das conclusões da Conferência, durante a qual o camarada Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, que participa nos trabalhos, fará uma intervenção final.

Nacional

8 de Março

Ainda não é feriado — nacional já o foi!

Numa primeira avaliação, é possível dizer que nunca como este ano as comemorações do 8 de Março, que ainda decorrem, foram tão amplas e disseminadas, e tão objectivadas nas questões que ainda causam, no nosso país, uma generalizada inferiorização social da mulher. Naturalmente, ao MDM coube a organização da maior parte do que se fez, mas outras estruturas — as CUM's, associações da mais variada índole e, com relevo, as autarquias APU — foram igualmente responsáveis por actos políticos, culturais ou simplesmente festivos que animaram espaços e localidades de Norte a Sul, numa diversidade jamais atingida.

A própria imprensa deu ao 8 de Março um espaço desusado. Atentos em muitos casos ao apelo que nesse sentido foi feito pelo MDM, muitos órgãos de comunicação social trouxeram às suas páginas os números e os factos da discriminação no emprego e no salário, a escassez das estruturas de apoio social à mulher e à maternidade, as leis pela igualdade nascidas do 25 de Abril que não são cumpridas e as leis — como as que o PCP propôs em defesa da maternidade livre, consciente e responsável — que é preciso adoptar.

Na imprensa de direita, o noticiário foi escasso — como escasso e distorcido é sempre o eco que ali tem o que é progressista e respeita às necessidades básicas do povo trabalhador e, no geral, da população. Mas o 8 de Março lá esteve. A maior parte das vezes para ser posto em causa de forma dúbia — sobretudo através das palavras de mulheres «emancipadas» como Natália Correia (que considera a comemoração «mais humilhante do que dignificante») — «gesto largo e tutelado (da sociedade androcêntrica, que) condescende em assinalar uma vez por ano os direitos do sexo feminino».

Dia de luta — e por quanto tempo ainda?

De facto, o 8 de Março nem é uma benesse da «sociedade

ça e ainda Maria do Céu Guerra, que representou a «Comédia de Rubena» de Gil Vicente, Fernanda Martins, do Secretariado do MDM, saudou as mulheres, «que de forma crescente participam na luta pela transformação da sociedade». Recordou as actuais grandes reivindicações, com destaque para a necessidade de aplicação na vida quotidiana dos direitos das mulheres consagrados na Constituição e de adopção de novas leis como as que o PCP propôs em defesa da maternidade e da infância. Para isso, acrescentou, «para que em 1983 a sociedade portuguesa possa caminhar no sentido do bem estar das populações», é necessário que das próximas eleições resultem profundas alterações na composição da Assembleia da República e do Governo como forma de impedir o retorno a conceitos retrógrados que afectam a mulher no trabalho, na família e na sociedade.

Além deste acto comemorativo no S. Luís, o MDM promoveu no distrito de Lisboa uma série de outras iniciativas — colóquios, espectáculos, sessões comemorativas, bancas

Realização em todo o país, por iniciativa do MDM e outras organizações e entidades, numa dimensão sem precedentes

de propaganda e exposições, destas sendo de salientar a exposição «Vida e obra de Maria Lamas», que esteve patente durante cinco dias no Centro Cultural do Teatro Experimental de Cascais. Estas realizações decorreram em dezenas de localidades dos concelhos de Lisboa, Cascais, Sintra, Amadora, Oeiras, Loures, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira, algumas vezes em cooperação com as autarquias locais.

Num manifesto nacional difundido na ocasião, o MDM, «interpretando os anseios das mulheres portuguesas, sentindo vivamente o direito de serem reconhecidas a sua capacidade de luta e as lutas pela igualdade, contra a discriminação, a opressão e a exploração, reivindica que o dia 8 de Março — Dia Internacional da Mulher, seja decretado Feriado Nacional, de modo a que alertando todas as camadas de mulheres para a importância da luta das mulheres e da sua importância na sociedade, o processo da emancipação e igualdade se acelere e se concretize mais rapidamente».

No Porto, homenagem a uma lutadora

No Porto, também por iniciativa do MDM, o primeiro acto comemorativo decorreu no dia 6, com uma romagem ao cemitério do Prado do Repouso, onde foram homenageadas mulheres antifascistas como Irene Castro e Herculana de Carvalho que se distinguiram durante a resistência. Uma distribuição distrital de documentos, em colaboração com o Departamento de Mulheres da União dos Sindicatos do Porto, sessões comemorativas em Freixo e no Bonfim e, com destaque, um comício no dia 8 no cinema Júlio Dinis são outras das realizações a assinalar.

No Júlio Dinis, as mulheres do Porto ligaram justamente as lutas actuais às lutas do passado, às comemorações do Dia Internacional da Mulher que ali se faziam no tempo do fascismo e pelas quais muitas mulheres (e homens também) pagaram com prisão. Dentre essas mulheres o MDM quis dis-



tinguir no Júlio Dinis, atribuindo-lhe uma medalha, Virgínia de Moura: 50 anos de luta, coragem e lucidez, 14 prisões, 9 anos de luta pela plena concretização dos ideais da Revolução de Abril, que ela há-de prosseguir «por tantos anos quantos tenha de vida». Virgínia de Moura disse então: «considero-me somente uma depositária de uma medalha que pertence a todos os homens e mulheres que ao longo destes 50 anos estiveram na luta a meu lado».

Em Coimbra, o MDM — a quem a CM, de presidência PS, recusou a cedência do Edifício Chiado para a realização de uma sessão comemorativa — apresentou ao presidente da Câmara um extenso documento no qual se enumeram (resultado de numerosas reuniões de mulheres, concelhas e de zona da cidade) uma série de reivindicações concretas de solução possível no âmbito das competências camarárias, dizendo respeito a transportes, mercados, urbanização e am-

vindicação de que seja criado um «cabaz de compras» para a Região Autónoma. Um espectáculo de música, teatro e poesia assinalou também no Funchal o 8 de Março.

Em todo o distrito de Setúbal, o 8 de Março foi também comemorado, merecendo destaque as acções realizadas em grandes empresas como a Lisnave, Setenave, Quimigal e Mundet, com a distribuição de comunicados e de flores às trabalhadoras, sessões, passagens de filmes e debates em que muitas centenas de mulheres participaram. Foram iniciativas conjuntas do MDM e do departamento de Mulheres da União dos Sindicatos, muitas delas integradas na preparação da participação das mulheres trabalhadoras no Congresso da CGTP-IN.

Em Setúbal é também assinalável a contribuição das autarquias para a comemoração do 8 de Março. No Barreiro e em Corroios, por exemplo, e de forma especial em Almada. Aqui, a Junta de Freguesia, presidida por uma mulher e tendo mais duas mulheres no executivo, já conseguiu fazer do 8 de Março uma tradição que se enriquece de ano para ano. Este ano houve desfile de bandas, sessões de cinema e outros espectáculos gratuitos, visitas às mulheres internadas no hospital e distribuição de flores às mulheres da freguesia e um colóquio com a jurista Lia Viegas, o médico J. Luís Sequeira e a jornalista Helena Neves.

Editou a Junta de Freguesia de Almada um folheto-programa, como o fez também por exemplo a Junta da Falagueira/Venda Nova ou a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira — este aliás com uma nota histórica sobre o 8 de Março e uma outra sobre a participação da Mulher no Poder Local democrático.

Os homens e as mulheres da mesma luta

Do muito mais que fica por referir, destaquemos ainda duas iniciativas que tiveram importância para a compreensão dos problemas da mulher e sua inserção na luta do Povo português pela democracia e o progresso: a sessão da passada sexta-feira na Associação Portugal-URSS com Helena Neves, e o debate sobre a mulher — o primeiro da série promovida pelo PCP na Casa de Imprensa. Com uma participação assinalável o debate foi orientado por Zita Seabra, do CC do PCP, a jornalista Maria Antónia Fiadeiro e o médico Miguel Oliveira e Silva, e entre as suas conclusões importa destacar: a participação da mulher na vida pública é factor imprescindível de democratização da sociedade.

Significativa foi também a sessão organizada pela delegação de Setúbal da URAP no Salão Nobre da Câmara Municipal. Dedicada sobretudo à evocação do que foi a contribuição da mulher na resistência antifascista, ali tomaram a palavra mulheres que conheceram a clandestinidade e algumas a prisão, ali se contaram as histórias da dedicação e do espírito de sacrifício com que muitas e muitas mulheres ajudaram a abrir e a cimentar, ao longo de dezenas de anos, os caminhos de Abril. Ombreado com os homens, seus companheiros de luta, junto dos quais se mantêm hoje para defender e aprofundar a democracia, lutando nela, com toda a justiça, pelo seu próprio urgente quinhão.

Sessão do PCP em Vizela “Daremos no Parlamento completo apoio à vossa causa”

Com a Casa do Povo de Vizela completamente cheia, António Lopes, do Comité Central do PCP e cabeça de lista da APU e José Manuel Mendes, candidato a deputado garantiram numa sessão realizada no PCP que recolocarão na Assembleia da República, logo após as eleições de 25 de Abril, um projecto de lei que vise a elevação daquela povoação a concelho.

«Porque é uma justa e velha aspiração, independentemente dos resultados que obtivermos, daremos, no Parlamento, o nosso completo apoio à vossa causa» — disse António Lopes, que, mais adiante, acentuara: «A vossa unidade é fundamental, a unidade é fundamental nas lutas de massas. A presença do sr. Manuel Campelos nas nossas listas, nas condições que lhe foram propostas enquanto símbolo das aspirações dos vizelenses, não era um factor de divisão. Era um factor de unidade, porque permitia ao Movimento ter voz própria, mesmo que não coincidente ideologicamente com a nossa, na Assembleia da República, por ocasião do debate

sobre a elevação de Vizela a concelho. Os socialistas, ao impedirem essa presença, pensando apenas e cegamente nos seus interesses partidários, é que, porque não entendem a dinâmica unitária da luta dos vizelenses, a dividem e enfraquecem na prática».

Por seu turno, José Manuel Mendes, depois de proceder a uma análise da situação política e ter apresentado as propostas do Partido para a ultrapassagem da crise, criticou fortemente as posições recentemente defendidas pelo secretário-geral do PS, Mário Soares, que considerou graves e perfeitamente consonantes com a AD. A dado passo sublinhou: «Ao não saber sequer realizar a unidade no interior do seu Partido, haja em vista o afastamento de Salgado Zenha e dos seus apoiantes das listas, Mário Soares confirmou ser um líder sectário, virado para a direita, apostado na completa desfiguração do Portugal de Abril. Impõe-se que os homens de esquerda, os socialistas, sejam capazes de levar até às últimas consequências, as do seu voto, a leitura de tudo

quanto se está a passar. Só a APU, no presente momento, assegura uma mudança de política. Só uma votação significativa na APU contribuirá para impedir que Soares ultime o seu projecto de aliança com a reacção. O povo de Vizela sabe quem tem um só rosto e só um discurso. Por isso não deixará de dar-nos, em plena consciência, o seu apoio».

No decurso da sessão, o sr. Manuel Campelos, secretário-geral do MRCV, referindo-se ao cónvite que lhe havia sido formulado pelo PCP, considerou-o «irrecusável», «de uma grande dignidade democrática» e lamentou que as pressões que sobre ele se exerceram, nomeadamente por pessoas afectas ao Partido Socialista, o tivessem impedido de estar presente na Assembleia da República aquando da discussão e votação do projecto de Vizela. Disse ainda que só a defesa intransigente da unidade dos vizelenses o impediu de participar, como seria seu desejo, não obstante as diferenças ideológicas, nas listas da Aliança Povo Unido.

IV Assembleia da Organização dos estudantes-bolseiros na U Soviética

Realizou-se em Leninegrado, no Instituto de Engenharia de Construção Civil, a IV Assembleia da Organização dos Estudantes-Bolseiros na URSS.

A IV Assembleia da Organização analisou o trabalho desenvolvido desde a última Assembleia, expresso nos relatórios do Secretariado e das diversas células de cidade, concluindo que os bolseiros portugueses na URSS formam um colectivo coeso, activo, com tarefas e objectivos bem definidos e responsabilidades assumidas.

O estudo, orientado na formação de especialistas capazes e competentes, é considerado a tarefa fundamental de cada militante da Organização dos bolseiros do PCP na URSS.

Foi dedicada grande atenção à formação político-ideológica, aproveitando as condições únicas de vivência na URSS, pátria do socialismo, e de contactos com jovens de todo o mundo. A ligação constante a Portugal e à luta do nosso Povo é outro dos aspectos mais salientes da actividade dos jovens comunistas portugueses na URSS. São exemplos disso as várias iniciativas de divulgação e de solidariedade com o Partido e o nosso povo (comemorações do aniversário do PCP, do 25 de Abril, do aniversário da Consti-

tuição, exposições, intervenções em escolas, etc.)

Foram discutidas e aprovadas as Resoluções da Assembleia, moções sobre a situação política nacional e internacional e eleito o novo Secretariado da Organização.

A encerrar a Assembleia, interviu o camarada João Fonseca, membro suplente do CC, que se debruçou sobre questões da Organização e fez a análise da situação política nacional e internacional.

Na qualidade de convidados participaram na Assembleia representantes do Komssomol-Comité de Organizações Juvenis, da direcção do Instituto de Engenharia de Construção Civil de Leninegrado, da Universidade de Leninegrado e da Asso-

ciação de Amizade URSS-Portugal — secção de Leninegrado.

Realizou-se também recentemente a Assembleia Geral da Associação dos Estudantes Portugueses na URSS, organismo unitário de todos os bolseiros portugueses na URSS, que, para além da discussão das actividades e perspectivas da Associação, elegeu o camarada Joaquim Pires Jorge, do CC do nosso Partido, seu primeiro (e único) membro honorário.

É justo salientar o apoio que nos foi dado pelas camaradas soviéticas do Comité de Organizações Juvenis, do IECC e da Universidade de Leninegrado, particularmente os nossos amigos da Cátedra de Língua Portuguesa.

Nacional

Gasóleo aumentou 200 por cento

O recente aumento do gasóleo para 40\$000 — o décimo primeiro (11.º) verificado desde o primeiro governo PS em 1976 — mereceu da parte da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) um veemente protesto, pois, no entender desta organização, tal medida virá «afundar ainda mais» a lavoura e agravar os problemas dos agricultores.

O comunicado em que a CNA torna pública a sua posição chama a atenção para o facto de esta medida ser tanto mais grave e desajustada quando se regista numa «altura em que baixou no mercado internacional o preço das ramas de petróleo».

Depois de lembrar que nos

últimos três anos o preço do gasóleo à lavoura subiu de 13\$000 para 40\$000, o que representa um aumento de 200 por cento, a CNA protesta por outro lado contra o valor de 5\$000 com que o Governo pretende subsidiar o gasóleo à agricultura. Para aquela estrutura representativa dos agricultores aquele valor é «ridículo» já que em 1980, quando o preço do gasóleo estava nos 17\$500, o subsídio de 4\$500 era manifestamente insuficiente.

Em face disto a CNA reivindica a revogação do último agravamento do preço do gasóleo e a devida actualização do subsídio, depois de auscultadas as organizações da lavoura.

Gasóleo — preço por litro

Despacho de 1/476 (VI Gov. Prov.) — 4\$00;
Despacho de 1/877 (Gov. PS) — 6\$00;
Despacho de 26/877 (Gov. PS) — 7\$50;
Resolução n.º 161 — A/78 de 18/10/78 (Gov. Nobre da Costa) — 10\$00;
Despacho de 8/979 (V Gov. Const.) — 13\$00;
Portaria n.º 33/80 de 30/1 — 17\$50;
Portaria n.º 1074 — A/80 de 17/12 — 22\$50;
Portaria n.º 601 — A/81 de 16/7 — 25\$00;
Portaria n.º 1104 — A/81 de 28/12 — 26\$00;
Portaria n.º 410 — A/82 de 23/4 — 30\$00;
Portaria n.º 606 — A/82 de 18/6 — 32\$50;
Portaria n.º 6 — A/83 de 3/1 — 35\$00;
Portaria n.º 256 — D/83 de 5/3 — 40\$00

Encontro na Amadora

Promovido pela Comissão Concelhia do MDM da Amadora e o Departamento de Mulheres dos Sindicatos do concelho realiza-se no próximo domingo, naquela vila, pelas 15 horas, nas instalações da Escola Preparatória Roque Gameiro o Encontro de Mulheres do Concelho da Amadora.

O Encontro, cujos trabalhos estão divididos por secções, abordará os seguintes temas: trabalho; problemas da dona-de-casa; saúde; educação e ensino e problemas da juventude.

Porto, cidade limpa

A APU tem na Câmara do Porto, neste mandato, a responsabilidade do pelouro da Limpeza. Fazer do Porto uma cidade limpa é o objectivo.

A APU meteu já mãos à obra: um plano para três anos que tem em vista a resolução global da limpeza da cidade e a manutenção dessa limpeza foi apresentado e a sua execução começou já neste mês de Março.

No passado fim-de-semana realizou-se no salão da Junta de Freguesia do Bonfim, com a presença de centenas de pessoas, o encontro sobre a Limpeza na Cidade do Porto. A iniciativa de promover este encontro decorre da ideia fundamental que surge, aliás, logo no primeiro capítulo do plano «Princípios orientadores da campanha de limpeza da cidade do Porto»: «não é possível resolver o problema da limpeza eficiente do Porto, se a operação de limpeza não contar com a colaboração e o empenhamento decidido da maioria esmagadora da população».

A sessão iniciou-se com uma intervenção de Helena Medina, do CC do PCP, que realçou as novas condições

criadas com o aumento de eleitos da APU nas autarquias da cidade e a perda da maioria absoluta pelos partidos da «AD», denunciou a política do PS na Câmara do Porto e reafirmou a disponibilidade e vontade dos eleitos da APU trabalharem em defesa dos interesses das populações. Na mesa esteve, entre outros eleitos, o vereador da APU responsável pelo pelouro da Limpeza, Oliveira Dias, que fez uma detalhada exposição sobre o Plano de Limpeza da Cidade do Porto.

De acordo com esse plano, estão já a decorrer uma série de iniciativas, que compreendem as acções imediatas, ou seja, a discussão, sensibilização e adesão dos Serviços de Limpeza e da Câmara para a campanha de limpeza, tendo já sido começadas as reuniões com os serviços e seus trabalhadores, com as Juntas de Freguesia, a listagem de todas as montureiras e lixeiras da cidade, a limpeza a monumentos nacionais, igrejas e edifícios públicos.

O vereador da APU anunciou neste encontro que o Dia da Limpeza da cidade do Por-

to, incluído na campanha de sensibilização, decorrerá em Maio e está previsto entre outras iniciativas um desfile de viaturas e instrumentos utilizados pelos serviços de limpeza da cidade.

O plano de trabalho inclui também uma série de acções com vista a melhorar as condições de trabalho do pessoal de limpeza, de participação da população na limpeza da cidade, serviços especiais de recolha de lixo comerciais e industriais, de recolha de objectos domésticos de grandes dimensões, de recolha de entulhos da construção civil, e serviço de limpeza mecânica das praças.

Outras medidas serão postas em prática nomeadamente em relação aos sacos de lixo e lavagem das ruas. No plano da organização está prevista a criação de um gabinete de estudos.

Do encontro, que manteve uma viva participação, ficou uma ideia bem clara: a APU e o povo do Porto conseguirão transformar a cidade num local onde a limpeza ajude a melhorar a nossa vida.

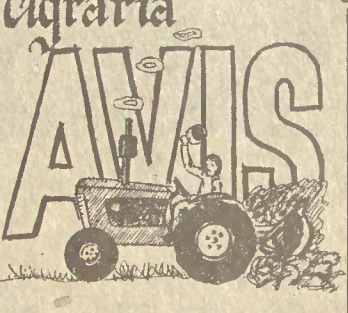
Visita à Reforma Agrária

Coop. Agrícola 1º Maio

DIA - 27 MARÇO (DOMINGO)
FAZENDA (SAÍDA ÀS 7h - JUNTO AO C.T.)
LISBOA
VILA FRANCA DE XIRA
SALVATERRA DE MAGOS (PEQUENO ALMOÇO)
CORUCHE
MORA
AVIS (ALMOÇO E VISITA À COOPERATIVA)

ORGANIZADO POR:
Comissão do novo centro de trabalho

Comissão da Freguesia da Parede do PCP



PREÇO: 500\$00
ALMOÇO: 200\$00

INSCRIÇÕES NO CENTRO DE TRABALHO DA PAREDE (50% FAZEM NO ACTO DE INSCRIÇÃO)

Internacional

França em tempo de eleições

A derrota da direita
Que perspectivas?

Dos resultados da segunda volta das eleições municipais* em França resulta, de forma flagrante, uma pesada derrota para a direita, que a todos os métodos recorreu, e tudo mobilizou, no sentido de uma inversão da política esmagadoramente votada pelo povo francês nas presidenciais de 81. Esta a primeira e a grande lição a extrair da dura batalha eleitoral que nestes dias se travou.

Em comentário inserido no «L'Humanité», órgão do Partido Comunista Francês (PCF) nesta semana crucial, destacava-se: «O objectivo da equipa afastada do poder em 1981 é impedir, se possível, o governo de esquerda de dispor do tempo necessário para prosseguir a política encetada e realizar os compromissos assumidos perante o povo. Ela tem manifestamente que os frutos desta política surjam com mais nitidez através dos anos e por isso deseja eleições antecipadas».

Denunciando os objectivos imediatos da direita para estas eleições — objectivos muito ambiciosos, apesar do carácter das eleições em causa — Georges Marchais, secretário-geral do PCF, havia anteriormente referido os esforços para «fazer dos municípios um contra-poder» (o que a própria direita tinha explicitamente afirmado), «modificar o curso da política encetada em 81, com um primeiro objectivo: afastar os comunistas do governo», «habituar os franceses à ideia de que a nossa maioria já não é maioria e avançar para eleições legislativas antecipadas», «começar a criar as con-

dições para a reconquista do Poder».

Esta linha abertamente ofensiva saiu derrotada com os resultados da segunda volta. Derrota tanto mais funda quanto meios não foram poupados para abrir caminho à sua concretização de facto.

Na declaração comum dos partidos de esquerda, entre as duas voltas, afirma-se: «A direita conduziu uma campanha agressiva. Embora tenha deixado, há vinte meses, uma situação catastrófica à nova maioria determinada pela maioria dos franceses, espelhou sobre as dificuldades encontradas para delas fazer armas contra a esquerda. Ao arepelo dos factos, tentou encobrir as suas responsabilidades — determinantes — na existência dos graves problemas que afectam o nosso país, negou os resultados positivos já alcançados, graças à política encetada, pintou deliberadamente de cores negras o futuro».

Os factos e os números testemunham também o grande esforço de mobilização. Assim, por exemplo — e reportamo-nos à primeira volta, favorável às forças de direita — em Chénay, zona de tradicional voto

de direita, a taxa de abstenção, que nas eleições municipais de 77 foi de 33,60%, baixou agora para 16,95%. Um número que diz muito do trabalho de mobilização total empreendido pelos partidos da direita francesa, todos unidos contra um governo de esquerda que, no entanto, ainda nem sequer atingiu seriamente os seus interesses, como o demonstram as imensas possibilidades de manobra (nomeadamente através da sabotagem económica) que mantém. Não por acaso — e pelos vistos com toda a justeza — se concluiu em França, oportunamente, que na primeira volta das municipais a direita tinha jogado — e obtido — o máximo que estava dentro das suas possibilidades. Pelos vistos esse máximo não chega para alcançar os almeçados objectivos. Este o conteúdo fundamental da sua derrota.

Tudo bem?

Malakoff e Corneuve, são dois municípios operários da cintura de Paris. Em ambos os casos (e reportando-nos à primeira volta das municipais de 83 e aos resultados das municipais de 77) a taxa de abstenção subiu. Respectivamente de 34,25 para 40,58 por cento e 32,11 para 38,88 por cento.

É evidente que na segunda volta estes dados foram profundamente alterados. A afluência às urnas atingiu taxas

inéditas, ultrapassando claramente os 80 por cento.

O que não impede que no seu conjunto estes números indiquem: primeiro, que não está tudo bem, que os trabalhadores em geral e o operariado em particular manifestam descontentamento. Mas descontentamento porquê? Os resultados da segunda volta, obtidos através da votação dos que na primeira se abstiveram, apontam-nos a segunda conclusão: descontentamento sim, mas não no sentido de uma exigência de regresso ao passado. O passado é firmemente rejeitado. Descontentamento porque se quer avançar mais decididamente para o futuro.

Esta uma primeira preocupação que surge como resultante dos resultados eleitorais.

Preocupação a que há que somar outras. Que se prendem com a resposta a tais resultados.

E assim temos já em desenvolvimento claras manobras e esforços apontando para soluções que mais agravariam os sintomas já expressos de descontentamento, aprofundando-lhe as causas. Fala-se de «alargamento» da maioria a novos sectores — ao centro, à direita mesmo. Fala-se em particular da questão económica — questão central, em termos de um não a reformas estruturais ou ainda da «necessidade» de medidas impopulares. O que, como todos sabemos, trocado por milhões quer dizer: maiores sacrifícios para os trabalhadores franceses, em nome de uma crise que é a crise do capitalismo. Questões que sem dúvida estarão presentes na reunião do Congresso do Partido Socialista Francês, no próximo Outono.

George Marchais, secretário-geral do PCF, já assinalou, a esse propósito, que não é possível falar de uma «política de austeridade» quando os trabalhadores sentem que «o patronato francês não deu nenhuma contrapartida em troca do esforço feito pelo governo e sindicatos para relançar a economia».

Dos 67 municípios conquistados à direita em 1977, o PS e o PCF perderam 15 cada um, mantendo 117 câmaras das 220 de cidades com mais de 30 mil habitantes. O resultado da mobilização da direita. O resultado de um certo descontentamento. E também o resultado de dificuldades na aplicação dos acordos entre PCF e PSF, quando o candidato comunista era o único em posição de vencer. O que é um facto a ponderar no cômputo do que foram estas eleições.

Uma realidade complexa que se insere na vivíssima batalha de classes que se desenrola em França.

Não-Alinhados

Movimento apela à Paz
e ao desarmamento

O Movimento dos Não-Alinhados, que surgiu como consequência inevitável da necessidade natural dos países libertados de todos os continentes em defender e consolidar a sua independência das forças externas, terminou no passado sábado a sua sétima Cimeira com apelos à paz duradoura e ao empenhamento da humanidade na luta contra a ameaça nuclear.

Depois de toda a agitação provocada em torno desta importante reunião e das tentativas para fazer truficar no seu seio o pomo da discórdia, um súbito silêncio se abateu sobre o evento, como se os seus resultados fossem para esquecer.

Os que durante dias e dias agitaram o Kampuchea e o Afeganistão como problemas inultrapassáveis, as discordâncias quanto à posição a tomar sobre a guerra Irão-Iraque, só para citar alguns exemplos, calaram-se de imediato uma vez encerrada a Cimeira, remetendo para meia dúzia de frases as conclusões de uma semana de trabalho, encontros, negociações. Cabe perguntar: porquê?

As manobras para levar o Movimento a remeter-se a uma posição de neutralidade face aos grandes problemas mundiais, de que os países em vias de desenvolvimento são as primeiras vítimas e as mais duramente afectadas como recordou Indira Gandhi, não tiveram êxito.

No documento final de que não se fala, o problema da au-

toconservação é apresentado como «a questão chave enfrentada pela Humanidade no século nuclear». O que obviamente conduziu à conclusão, pouco ao gosto dos Estados Unidos, de que a PAZ e a segurança mundial «só podem ser garantidas com base no desarmamento total e universal, sobretudo o nuclear».

Cabe aqui assinalar que, ao contrário do imperialismo, a União Soviética fez chegar à Cimeira uma saudação em que manifestava a sua confiança de que o Movimento dos Não-Alinhados tomaria na sua reunião «decisões construtivas no interesse da consolidação da paz, da defesa da liberdade e da independência dos países e dos povos». E também que a URSS reafirmava a sua proposta para a dissolução simultânea da Nato

e da organização do Tratado de Varsóvia.

Ao rejeitarem todas as teorias de guerra nuclear limitada e ao exortarem «as potências nucleares a iniciarem conversações sobre a limitação de armamentos e sobre desarmamento, elaborando imediatamente um tratado universal de proibição de ensaios com armas nucleares», os países Não-Alinhados responderam ao apelo e mostraram compreender quem está e quem não está a favor da paz.

Pode mesmo dizer-se que a paz foi o tema dominante, com o reconhecimento comum de que sem essa condição não é possível o desenvolvimento de cada país.

Não é pois de estranhar a manifesta preocupação em relação ao Médio Oriente, cuja paz e segurança o Movimento considera só poder ser alcançada com a retirada incondicional das tropas sionistas de todos os territórios árabes ocupados desde 1967 e com a garantia dos direitos nacionais do povo palestino.

Como não é de estranhar a preocupação expressa pela presença militar no Oceano Índico, pelo alargamento da base militar norte-americana na ilha de Diego Garcia e pela política

de construção de novas bases.

Nem tão pouco a condenação do regime de «apartheid» da África do Sul e da política de agressão deste país face a Angola, Moçambique, Zâmbia, Zimbábue, Botswana, Lesoto e Suazilândia. Neste âmbito não pode deixar de ser referida a vitória ali conseguida pela Namíbia e o seu legítimo representante, a SWAPO, a quem o Movimento decidiu apoiar política, militar e financeiramente a fim de poder intensificar a sua luta pela independência.

A denúncia da política de agressão e ingerência levada a cabo pelos Estados Unidos e seus aliados teve na Cimeira dos Não-Alinhados uma tribuna privilegiada. Foram os representantes de mais de metade da humanidade que em Nova Delhi debateram a necessidade de estabelecer no mundo uma nova ordem económica internacional e de mobilizar todos os meios possíveis para a luta pela paz.

Compreende-se que o imperialismo não tenha gostado, que a cortina do silêncio tenha caído sobre as importantes decisões tomadas. Só que a política do avestruz nunca deu resultado. Os Não-Alinhados saíram mais fortes de Nova Delhi.

TF-1 (não) fala
de trabalhadores

É quase um lugar comum falar-se hoje da imensa influência dos mass média, em particular da televisão. Não se dá por acaso, este grande esforço do imperialismo de dominar as cadeias de informação a nível mundial. Já não se trata simplesmente da velha tese de que uma mentira muitas vezes repetida acaba por ganhar na consciência das pessoas foros de verdade (e não é também essa a massa com que se molda o anti-comunismo?). Mas de se colocar as verdades que não interessam aos detentores das poderosas alavancas da informação. E nessa óptica recriar outras «verdades» mais conformes a tais interesses. Com a possibilidade — actual — de para isso utilizar meios poderosos: É o seu quase exclusivo. Com o verniz de «objectividade» que melhor

mascara a mais flagrante adulteração das realidades.

França, em tempo de eleições, é disso também um exemplo. Porque, como noutros, no domínio da informação, a direita detém posições fundamentais. E utiliza-as bem.

Um exemplo apenas. Em pleno período eleitoral, o primeiro canal da televisão francesa (TF 1) anuncia um debate sobre a Citroën. Enfim, fala-se de trabalhadores! E «sobre o acontecimento», pois uma longa luta dos trabalhadores desta empresa acaba de se concluir com uma assinalável vitória.

Simplesmente não se tratava de lutas nem de vitórias dos trabalhadores. A TF 1 não foi à Aulny, fábrica da Citroën onde decorreu esta importante batalha dos trabalhadores france-

ses. Mas à Rennes, onde nada de assinalável aconteceu se passou.

E porquê? A escolha foi assim justificada: trata-se de uma fábrica «sem greve nem emigrados», um lugar «fora do paroxismo dos conflitos sociais».

Comentando o facto, afirma «L'Humanité»: «A escolha feita pela TF 1 tem um profundo sentido. Confirma que a televisão continua a jogar ao gato e ao rato com os trabalhadores, as suas lutas, as suas organizações. Que a palavra (...) continua a ser recusada a esta classe».

Uma parcela do poder que a direita mantém entre mãos. Um exemplo — pequeno exemplo — dos múltiplos meios utilizados para a reconquista das importantes posições perdidas.

Conferência de Lisboa é já um êxito da solidariedade
com os países da Linha da Frente

Uma estranha carta foi recentemente enviada ao Presidente da República, general Ramalho Eanes, por um grupo de conhecidas figuras da direita portuguesa, como por exemplo Alçada Baptista, Preença de Carvalho, José Miguel Júdice, Torquato da Luz, protestando contra o «patrocínio explícito» dado à Conferência de Solidariedade com os países da Linha da Frente que nos próximos dias 25, 26 e 27 se realiza em Lisboa.

Na dita carta, curiosamente subscrita também por homens que se dizem socialistas, como Raul Rego, considera-se a Conferência «claramente inserida na esfera ideológica oposta aos desígnios nacionais» e «em contradição com os imperativos de defesa nacional que a nossa política externa perfila».

Semelhantes posições não são novas, embora se note um esforço crescente para ensombrar a Conferência à medida que se torna cada vez mais claro que ela será um êxito. A «preocupação» da direita portuguesa e seus aliados de percurso quanto à participação do chefe de Estado na sessão inaugural dos trabalhos, de que de resto aceitou há muito ser um dos patronos, justifica-se pelo fracasso de todas as tentativas de fazer gorar a Conferência de Lisboa.

O ridículo das razões invocadas para não apoiar uma iniciativa que tornará Lisboa a capital da Solidariedade com os países da Linha da Frente não podia ser maior. Com um paternalismo que esconde mal

os resquícios da mentalidade colonial, figuras proeminentes do CDS, PSD e também do PS saíam a terreiro para afirmar que uma tal iniciativa não serve os interesses dos países da Linha da Frente, que não passa de uma manobra de propaganda ao serviço da União Soviética, que põe em perigo inclusive a posição portuguesa junto dos países africanos.

Um afinado coro, na verdade, que no país repete conscienciosamente posições semelhantes já divulgadas pela África do Sul e pelos Estados Unidos.

A acreditar em tais «razões», Portugal correria com esta iniciativa o grave risco de cair em desgraça face aos seus «amigos» da NATO que o deixariam sozinho e à mercê dos «russo» que um dia destes chegariam só para colonizar o País.

Ou então, que os promotores da Conferência e as personalidades de todo o mundo que a apoiam não passam de espíões disfarçados a trabalhar para a URSS. Ou ainda, que os países da

Linha da Frente, os principais interessados nesta

Conferência, não só não a apoiavam como estariam mesmo preocupados com os «perigos» da sua realização.

A nível nacional, então, a acreditar na carta, o descontentamento popular pela realização da Conferência de Solidariedade seria tanto que ninguém pensaria noutra coisa e que o tema mobilizaria indignadas multidões numa campanha em defesa da pátria e da civilização ocidental.

Isto é a fiação, ou melhor dizendo, os frustrados sonhos que a direita não se atreve a dizer mas que faz subentender nos órgãos de comunicação que domina.

A realidade é bem diferente.

Só não participa
quem não quer

A cerca de uma semana da Conferência de Solidariedade, mais de quatrocentas personalidades e organizações nacionais aderiram já à comissão preparatória dos trabalhos. A diversidade dos apoios políticos e sociais desta iniciativa, que trará a Lisboa três centenas de pessoas de todo o mundo, não permite duvidar do genuíno interesse que despertou a possibilidade de contribuir para a paz e independência na África Austral, independentemente

dos credos religiosos ou políticos de cada um.

Importa mesmo assinalar a identificação com os objectivos da Conferência de pessoas destacadas dos partidos políticos que se empenhavam através das suas direcções em a boicotar, como no caso mais flagrante do PS. Bem pode o respectivo secretário-geral, Mário Soares, dizer que a participação de socialistas é feita em termos individuais; é o

PS quem perde com mais esta submissão aos interesses de Washington, nada interessado na consolidação dos regimes progressistas no Poder nos países africanos.

Como afirmou recentemente o embaixador da Tanzânia em Lisboa, Weidi Mwasakafyuka: «os partidos socialistas apoiam em toda a parte a causa da libertação africana. Esta é uma conferência a favor da libertação nacional

e da independência nacional. Não é uma conferência contra ninguém. Se não apareceu mais gente a participar na sua organização foi porque não quis».

Já se sabia que o PS, o CDS e o PSD não quiseram participar, pena é que não tenham respondido de forma convincente à pergunta do representante tanzaniano: A



A solidariedade entre o povo português e os povos africanos será reforçada com a Conferência de Lisboa

Solidariedade

● Maidana na prisão de «Esperanzas» — O camarada António Maidana, primeiro secretário do Partido Comunista do Paraguai, encontra-se actualmente encarcerado na camicamente denominada prisão de «Esperanzas», em pleno deserto, próximo da fronteira com a Bolívia.

Maidana tem sofrido longos períodos de prisão. De 1958 a 1977. E desde Agosto de 1980, data em que foi raptado na Argentina e entregue à polícia política do regime fascista do Paraguai. Negando sempre conhecer o paradeiro de Maidana, mesmo em Maio do ano passado a ditadura forneceu uma falsa informação à Organização dos Estados Americanos (OEA), declarando que o dirigente comunista paraguaio se encontrava na mão de agentes de segurança argentina.

Na verdade, Maidana foi passando de prisão para prisão no Paraguai, do campo de «Emboscadas», perto da capital do país, para a prisão de «Pena Hermosa», junto da fronteira brasileira, e posteriormente para a prisão de «Esperanzas» onde se encontra actualmente.

Talvez quase não tenha sentido falar-se de ilegalidade quanto nos referimos à actuação de um regime que assenta na própria ilegalidade, na total violação da vontade e liberdade de um povo. O que não nos pode impedir de salientarmos no entanto o carácter arbitrário da situação em que se encontra Maidana. De realçar o perigo que a sua vida corre em tais mãos. De exigir a sua libertação. Com o peso que a solidariedade internacional tem de facto. Mesmo face a ditaduras como a de Stroessner.

● Da Cisjordânia ao Líbano — Israel, instrumento de repressão — No litoral libanês, entre Tyr e Saída, forças de ocupação israelita prenderam oito civis palestinos do campo de refugiados de Rachidiyyeh. Razão invocada: a criação de células de resistência contra o ocupante.

Cisjordânia — no curto espaço de duas semanas, três tentativas de atentado à bomba contra instituições públicas e religiosas palestinas. Em Nablus, no Norte, violentos confrontos com soldados israelitas.

Em Ramallah e El-Birch, ao 25 quilómetros a Norte de Jerusalém, exército isra-

elita faz dezenas de prisões no decurso de manifestações contra o ocupante. As forças de ocupação forçaram os comerciantes em greve, em Ramallah, a reabrir as suas lojas.

Entretanto, em Tel-Aviv, reafirma-se a intenção do governo de manter armados os colonos israelitas.

Um punhado de factos dispersos, que marcam a realidade quotidiana da vida nas zonas ocupadas por Israel. Zonas que se ampliam na medida dos avanços e dos massacres perpetrados pelo exército sionista, com o apoio multifórmico de Washington. Quem é o responsável pela violência? Quem é a vítima?

● Os frutos da «democracia» turca — Citamos simplesmente as estatísticas da Junta. De Setembro de 82 a 1 de Fevereiro de 83, o número de presos políticos passou de 40 733 para 45 538. Destes, 30 000 já foram a tribunal, e condenados a penas de 5 anos à pena de morte. Vinte e três pessoas foram executadas há poucos dias — a mais massiva execução desde o golpe militar de 80, apadrinhado directamente pela NATO. 87 presos estão já condenados à morte.

Há 107 penas de prisão perpétua. 90% dos presos são dirigentes e militantes sindicais (acusados mesmo pela sua prática sindical anterior ao golpe, quando essa se processava no quadro legal de então!) e de partidos políticos de esquerda, em particular comunistas.

Actualmente estão pedidas quase cinco mil e quinhentas penas de morte!

● Os «suicídios» nas prisões sul-africanas — Tembuiye Simon Mndawe, membro do ANC (Congresso Nacional Africano — movimento de libertação na África do Sul), foi encontrado morto, por enforcamento, na prisão de Nelspruit, onde se encontrava preso desde fim de Fevereiro. Esta a versão oficial, «tradicional» na África do Sul, sempre que se trata do assassinato de um preso político.

Mais uma vítima da repressão num país que conta com três milhões de desempregados e, simultaneamente, uma máquina de guerra impressionante, alimentada também com os dinheiros do FMI, que agora emprestou ao governo de Pretória mais mil e cem milhões de dólares.

(ANC), Oliver Tambo e da SWAPO, da Namíbia, Sam Nujoma.

A presença de Vasco Cabral, secretário permanente do PAIGC, está igualmente assegurada. O mesmo sucede em relação a personalidades da Holanda, do Canadá, dos Estados Unidos, Bruxelas, Brasil, República Federal Alemã, Grã-Bretanha, França, só para citar alguns exemplos.

Importa salientar ainda o facto de Perez de Cuellar, secretário-geral das Nações Unidas, ter aceite o convite para estar presente na reunião de Lisboa, o que só não se concretiza devido a outras responsabilidades oficiais já programadas. Um representante pessoal substitui-lo-á no entanto na Conferência de Lisboa: o secretário-geral adjunto para os assuntos políticos especiais, Abdurrahim Abby Farah, que intervirá na sessão solene de abertura.

Esta breve amostra dos apoios à Conferência fala por si. Retomando as palavras do embaixador da Tanzânia, pode dizer-se que para os verdadeiros democratas não se torna necessário sublinhar a importância desta Conferência nem a oportunidade de se realizar nesta altura e numa capital da Europa Ocidental, capital de uma antiga potência colonial.